



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Pedagogia

IVANILDA GONÇALVES DA SILVA

O ENSINO ELEMENTAR EM JACOBINA:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA
(1820 - 1840)

Salvador

Outubro/ 2012

IVANILDA GONÇALVES DA SILVA

**O ENSINO ELEMENTAR EM JACOBINA:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA
(1820 - 1840)**

Trabalho de conclusão de curso de natureza monográfica, apresentado a Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, para obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Sara Martha Dick

Salvador

Outubro/ 2012

SILVA, Ivanilda Gonçalves da.

O INICIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM JACOBINA:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA (1820 - 1840)

Ivanilda Gonçalves da Silva – Salvador, BA:

Universidade Federal da Bahia, 2012

Monografia, apresentada a Universidade Federal da Bahia – UFBA,
Faculdade de Educação – FACED, graduação em Pedagogia Salvador/
BA, 2012.

Orientador: DICK, Sara Martha.

1. Educação Básica. 2. História da Educação. 3. Jacobina.

Ivanilda Gonçalves da Silva

O INÍCIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM JACOBINA: UMA PERSPECTIVA
HISTÓRICA (1820 - 1840)

Trabalho de conclusão de curso de natureza monográfica, apresentado a Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, para obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.(a). Dra. Sara Martha Dick

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr.(a): Lúcia Maria da Franca Rocha

Instituição: UFBA

Assinatura: _____

Mestranda: Débora Magalí M. Viana

Instituição: UFBA

Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a): Sara Martha Dick (Orientadora)

Instituição: UFBA

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

*A Deus sobre todas as coisas,
aos meus Pais
e a todos que direta ou indiretamente
contribuíram para a concretização deste sonho.
Muito obrigada!*

|

RESUMO

SILVA, Ivanilda Gonçalves da. Monografia: O INICIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA JACOBINA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA (1820 - 1840). Faculdade de Educação – Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2012.

A presente pesquisa sobre o início da educação básica em Jacobina (1820 – 1840) cumpre com a perspectiva de sinalizar as raízes da educação no município, referendadas por aportes teóricos sobre os fatos catalogados, a partir de uma abordagem analítica, resultando em conhecimentos críticos e reflexivos sobre os saberes articulados, procurando destacar a metodologia, o currículo, as relações sócias pedagógicas, a partir dos primeiros educadores do lugar nos séculos XVIII período de fundação da cidade e de introdução dos primeiros vultos de ensino, que auxiliam na compreensão dos fatos posteriores sobre o século XIX quando a educação do então vilarejo se legitima sobre bases legais e estruturais. A pesquisa tem a finalidade precípua de acrescentar informações relevantes sobre a História da Educação Baiana e o início da educação pública no município de Jacobina, em virtude das lacunas vislumbradas no decurso dos estudos realizados e, do desejo de contribuir com a aquisição de conhecimentos relevantes para a história educacional da localidade, revelados no presente trabalho de maneira condizente a proposta original da investigação sobre a origem educacional de Jacobina.

Palavras - chave: Educação Básica, História da Educação, Jacobina.

ABSTRACT

SILVA, Ivanilda Gonçalves da. Monograph: THE BEGINNING OF BASIC EDUCATION JACOBINA: A HISTORICAL PERSPECTIVE (1820-1840). Faculty of Education - Salvador, Bahia, Brazil: Universidade Federal da Bahia, 2012.

This early research on basic education in Jacobina (1820 - 1840) complies with the prospect of signaling the roots of education in the county, countersigned by theoretical contributions on the facts cataloged, from an analytical approach, resulting in critical knowledge and reflective about the knowledge pleadings, seeking to highlight the methodology, curriculum, pedagogical relations members, from the first educators of place in the eighteenth period of founding of the city and the introduction of the first figures of teaching, which help to understand the facts later on the nineteenth century when the then village education is legitimized on legal and structural bases. The primary aim of the research is to add relevant information about the History of Education Bahia and the beginning of public education in the city of Jacobina, because of gaps glimpsed during the studies, and the desire to contribute to the acquisition of knowledge relevant to the educational history of the locality, revealed in this work in a manner befitting the original proposal of educational research on the origin of Jacobina.

Words - Tags: Basic Education, History of Education, Jacobina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CONTEXTO HISTÓRICO DE JACOBINA.....	22
1. QUANDO O MINÉRIO FALOU MAIS ALTO.....	22
2. NOVOS TEMPOS. OUTRAS MEDIDAS.....	34
3. O NOVO MUNDO E AS VELHAS ESPERANÇAS.....	38
A EDUCAÇÃO NA BAHIA.....	44
1. A FÉ E A EDUCAÇÃO ANDAM DE MÃOS DADAS.....	44
2. AS AULAS RÉGIAS NA BAHIA.....	50
3. O QUE MUDOU NO SÉCULO XIX?.....	55
A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM JACOBINA.....	60
1. O ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS EM JACOBINA.....	60
2. A METODOLOGIA APLICADA AO ENSINO BÁSICO EM JACOBINA.....	63
3. A REPERCURSÃO DO ENSINO BÁSICO NA SOCIEDADE JACOBINENSE.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
Fontes.....	75
Referências	76

INTRODUÇÃO

A educação em sua organização história se constituiu como uma premissa de grande relevância para a humanidade, por afirmar que a sociedade conhece seu processo e as práticas de pessoas distintas, em determinados espaços, e em tempos oportunos, visando a organização de modos de aprendizado posteriores.

Como também, o conhecer histórico é de certa forma se apropriar de verdades buscadas por cada historiador. A caminho de outras verdades futuras, ou de conhecimentos a serem reconstruídos por pequenos temas, que tendem a chegar a uma história verdadeiramente científica.

Parte destas afirmações, questionamentos sobre análises mais detalhadas dos fatos históricos, em uma busca constante sobre o sujeito, espaço, tempo, objetos, saberes e práticas de cada acontecimento disposto, chegando a objetivar hipóteses sobre os fatos catalogados de maneira concisa, coerente que serão confirmados através de pesquisas referendadas, que cumpram também com a proposta de revelar a outros historiadores e demais interessados as inquietações próprias do pesquisador, reveladas a partir das ciências humanas sobre conhecimentos de base historiográfica. Chegando, portanto, a constatação da infinidade dos fatos e da necessidade de se buscar sempre mais informações que desvendem as avaliações empíricas e se revelem em ações científicas.

Foi em uma destas buscas constantes, que se percebeu uma maior preocupação dos pesquisadores em analisar elementos constituintes da implementação da educação na Capital Baiana. Como é o caso das temáticas generalistas imprimidas por Antonietta Nunes; 2008, em *A Educação na Bahia Imperial (1823 – 1889)*. Ou Ghiraldelli Júnior; 2009, em *a Educação e Pedagogia na Colônia e no Império*, a priori se restringindo a uma análise mais factual dos acontecimentos da Capital. Estes autores se esquecem, por vezes,

da existência de vultoso arcabouço histórico sobre as Instituições Educacionais no Interior dos estados, no nosso caso específico do interior baiano e da necessidade de conhecê-los.

Mas estas pesquisas não se constituíram como o único exemplo das lacunas encontradas na História da Educação na Bahia. Em 2009, com a minha participação na pesquisa: As produções em História da Educação na Bahia, dirigida pelo grupo de pesquisa – Educação: História, Trabalho e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, pude perceber o quanto o interior baiano é deixado a parte nas produções historiográficas. Talvez pelas dificuldades de programar pesquisas nessas localidades, ou pelo pouco material disponível. O fato é que a História da Educação da Bahia carece de dados que legitimem sua essência e sirvam de referencial a sua terra e sua gente.

Como também, partiu do interesse pessoal de conhecer e contribuir com referenciais teóricos de base histórica sobre as bases educacionais de uma cidade que me serviu como respaldo as minhas origens, em cujo ambiente ímpar me legitimou, dando-me raízes, amor por esta terra e me despertou para os veios da educação mesmo em terra idade ainda em seus muros.

Não só porque sou fruto da terra e devo a esta os agradecimentos em préstimos oriundos do meu trabalho como educadora e estudante, mesmo distante de seu solo, mas porque quem conhece a sua história e sua gente nutre verdadeiro significado em afetos por se embeber dos seus saberes.

Desta forma o presente estudo, também partiu das minhas inquietações em conhecer a história da educação da minha terra natal. Ao partir do pressuposto, de que é através dos materiais dispensados por este trabalho, que eu poderei contribuir com a historiografia da minha cidade de origem e os demais estudos realizados a posterior por estudiosos interessados nesta temática.

Foi a partir da necessidade que se deve ter em conhecer a história interiorana da Bahia para composição do quadro historiográfico da educação baiana, como até aqui já foi explicitado, que se propôs estudos mais detalhados sobre a constituição histórica da educação de Jacobina. Levando em consideração que a escola tem um sentido ímpar em cada contexto social e deve ser

revelada como tal sem se esquecer das considerações sobre a sociedade em que está introduzida e o contexto histórico.

Logo, o que se pretende com esta pesquisa é conhecer a História do Ensino Elementar em Jacobina, a partir da sua implantação, no período de 1820 a 1840. Para tanto analisamos, também os elementos relativos aos séculos XVII e XVIII, como respaldo para a compreensão dos fatos posteriores no século XIX sobre a educação da localidade.

Acreditamos que os primeiros atos de civilização no século XVII com os religiosos e aventureiros que para esta região se deslocaram, e os donos das terras, os índios paiaíás, aliados com a formação da estrutura educacional realizada com a introdução dos professores leigos no final do século XVIII - até a sua legitimidade nos primórdios do século XIX - , puderam nos fornecer os elementos necessários para a compreensão necessária do período educacional em estudo.

Nosso marco inicial é 1820, por entendermos ser esta ocasião sinalizada como aquela em que nesta localidade surgiam os primeiros alicerces da educação pública no município. Estas iniciativas foram referendadas pelas leis do império da Constituição de 1824, que instituía o ensino primário como gratuito e para todos, e a lei de 1836 na Bahia, que determinava sobre as características singulares da educação nas comarcas baianas, culminando com o balanço de matrículas dos alunos no decurso das décadas em análise pela presente pesquisa. O marco final da pesquisa foi delimitado em 1840 por entender, de acordo com a documentação, ter sido o momento de um censo escolar registrando as matrículas na escola pública de educação básica em Jacobina.

Estes fatos em conjunto contribuíram sobremodo para objetivar o processo de introdução à escola nestas localidades, no caso, mais específico das terras de Jacobina, e resgatar a memória da educação no interior baiano.

Até porque se acredita que o homem, desde os primórdios, sempre se colocou a procura de algo que suprisse suas carências. As civilizações mais antigas se contentaram com as formas empíricas de articulação dos conhecimentos. Não obstante, a posterior, os questionamentos, em busca de novas respostas, a

troca de informações com outros povos e o desejo pelos bens materiais fomentou novas práticas e a expansão dos saberes ininterrupto.

Nesta procura por respostas para seus questionamentos, surgiram na Idade Média (século XII a XVIII), na Europa, as primeiras instituições voltadas a ampliar os conteúdos que acompanhassem as necessidades da época. Alguns regidos pela Igreja como as Universidades, os colégios, outros em residências ou nas corporações de ofício.

Os recursos eram poucos, muitos profissionais exerciam suas atividades como mestre nas horas sobresselentes apenas por popularidade, ou porque o título concedido para a docência era reconhecido em outras cidades. Muitos destes educadores exerciam funções administrativas em outro setor da localidade onde se encontrassem. Vale ressaltar que as escolas não estavam ligadas a prédios e sim a grupos de alunos e/ ou professores voltados a estudos. Os primeiros ambientes apropriados para este fim surgiram a partir do século XV.

O currículo inicial era regido pelo controle da Igreja (trivium - gramática latina, dialética e retórica e quadrivium – geometria, aritmética, astronomia e música). As pessoas que procuravam tais conhecimentos desejavam participar da ordem eclesiástica, de cargos administrativos do clero ou serem apenas mestres leigos.

Com as reformas na Igreja, os conhecimentos foram descentralizados e passaram a ser articulados de acordo com a necessidade e busca de cada pessoa. Durante os séculos XVI e XVIII, as pessoas perceberam que ser participante da estrutura dos colégios traduzia em alterações políticas, religiosas, econômicas e de distinção social.

“Novos costumes e hábitos demarcaram o lugar do indivíduo e do coletivo assim como as formas de socialização – o que explica a seleção de novos elementos socioculturais e o sucesso dos colégios entre as elites” (VEIGA; 2007; 32).

Estes conhecimentos foram difundidos para a população em geral, somente no final do século XVIII e início XIX, quando se percebeu que a racionalidade das

atitudes e o conter as demonstrações públicas de emoção deveriam ser compartilhados por todos.

Quanto à educação dispensada no Brasil, a concepção que se tinha da necessidade de se ter domínio sobre os conteúdos era quase que invalidade pela supremacia dos bens. Muitos abastados senhores da época (séculos XVI a XVIII) pensavam ser desnecessária a educação básica em meio a tantas riquezas.

Os Jesuítas se encarregavam da conversão dos índios e da educação dos filhos dos colonos que desejassem ingressar no clero, ou serem mestres leigos e da formação de mulheres leigas para a educação feminina. Os conhecimentos de pregações, ensino de orações, cantos, ofícios, alfabetização e o ensino formal do latim, oferecido nas igrejas, missões, oficinas, colégios e seminários não favoreciam o ingresso dos alunos nas universidades europeias, sendo necessário o aperfeiçoamento dos estudos para continuidade destas práticas fora do Brasil.

“Como síntese pode-se afirmar que a presença e a atuação dos Jesuítas solidificaram os elos entre a expansão comercial da colonização e a Igreja. O reordenamento do espaço físico e cultural, a submissão dos índios aos valores católicos a propagação do humanismo cristão nos colégios contribuíram significativamente para a consolidação do absolutismo e da economia mercantilista.” (VEIGA; 2007; 64)

Os Franciscanos, mesmo não tendo grandes prestígios, quanto os Jesuítas, em meio à sociedade da época, participaram desde as primeiras realizações do trabalho educativo com os índios na catequese, alfabetização, contagem e canto. Os Franciscanos foram os primeiros religiosos a habitarem as terras brasileiras e celebrarem missas. Foram eles que formaram os membros de ordem e a educação dos leigos. Fundaram muitos conventos em diferentes localidades do país, oferecendo teologia moral, filosofia, alfabetização, gramática latina, entre outros tantos conhecimentos.

Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), o marquês de Pombal...

“Retornou-se o sistema de ensino que vigorava antes da criação dos colégios jesuíticos e que incluía aulas avulsas em salas alugadas, no prédios das antigas escolas da Companhia de Jesus ou mesmo na casa do professor” (VEIGA; 2007;134).

As mudanças nas questões sociais, econômicas, política e cultural, moveram o desejo da população de firmar os ideários revolucionários na presente nação que despontava. A Inconfidência Mineira (1789) foi um dos frutos de pessoas imersas nos conhecimentos obtidos na Europa, como clérigos, a aristocracia e a burguesia insatisfeita com os rumos do Brasil nos mais variados ditames que se procediam na ocasião, procuraram afirmar tais alicerces de liberdade, igualdade e fraternidade, mesmo sem sucessos efetivos.

A Coroa Portuguesa proporcionou a sociedade com a sua vinda em 1808, horizontes educacionais distintos e desconhecidos a maior parte da população. Mesmo com o desejo de construir uma educação pública, pobres e mestiços não possuíam as condições necessárias para prosseguir seus estudos em ambientes de qualidade. A elite alegava que...

“...a indolência dos pobres, além de onerar as famílias abastadas com impostos e levá-las a matricular seus filhos em escolas particulares, por temor do convívio com crianças violentas e indisciplinadas” (VEIGA; 2007,152 - 153)

Ainda considerava a escola pública como lugar de indigentes. Sem contar a baixa frequência dos alunos e a incapacidade dos professores, a falta de material escolar adequado, edificação adapta as aulas, na década de 1878. Revelando assim a pobreza, o descaso com a clientela da escola pública e as taxas gritantes de analfabetismo nos anos 1890, que eram de 90% da população.

E com esta imagem negativa da educação do século XIX, muitas localidades do interior baiano nem mesmo nesta ocasião possuíam instituições educacionais públicas. Iniciaram suas escolares ou registraram os fatos ocorridos nesta ocasião sem muitos detalhes, se favorecendo de práticas rudimentares para a integração das comunidades as necessidades educacionais e sociais da época. Pouco se sabe sobre como se iniciou a

educação básica em muitas localidades interioranas e quais foram as práticas que fomentaram a busca pelos saberes cognitivos.

Não obstante, muito há de ser revelado sobre as inquietações educacionais de municípios como Jacobina, na Bahia, porque se acredita que mesmo com o pouco interesse das elites mineradoras dos séculos XVII a XIX e os fazendeiros da região, a educação já existia no desejo de se conhecer sempre mais. Daí parte o questionamento, como iniciou o Ensino Elementar em Jacobina?

Doravante, tal resposta foi disposta a partir do cumprimento das observações, análises e pesquisas realizadas em fontes primárias e secundárias dispostas nos documentos e livros de registros dos fatos a posterior sinalizados, procurando sempre identificar como foi implantado o ensino elementar na sede de Jacobina e resgatar um pouco da memória da educação no interior da Bahia, em sua constituição histórica.

Observando os objetivos precípuos a pesquisa que viriam a ser tão somente os de identificar os registros de origem do Ensino Elementar, na sede da Missão de Jacobina, não se esquecendo de indicar as práticas Educacionais, tanto dos religiosos, em especial os Franciscanos da Missão de Jacobina, como também dos professores leigos e por fim analisar a origem, suas consequências e práticas do ensino elementar no período de 1820 a 1840, na cidade de Jacobina.

Todavia, cumpre salientar, antes de qualquer coisa, que a Educação nas sociedades nem sempre foi articulada como se vincula na contemporaneidade. O ato de educar se encontra presente na vida das pessoas independente de sistemas e organizações de ensino. Haja vista, se concebe a educação como um processo de assimilação de conhecimentos que faz do homem um ser integrado a uma comunidade. Tal procedimento pode ser tanto ministrado pelos progenitores, como acontecia nos primórdios, como por personalidades letradas próximas as instituições familiares como é o caso dos líderes religiosos.

A educação está presente em todas as sociedades humanas, tendo elas ou não sistemas de ensino institucionalizados. As formas como ocorre a educação e o que esta compreende são elementos peculiares a cada cultura. Todos os elementos e noções que um sujeito apreende e que faz dele membro de uma determinada comunidade constitui um processo educativo. (CALEFFI; 2008; 34).

É sabido, que muito do que se tem na área educacional, no período da colonização se deu em virtude da igreja. Segundo Sangenis, em Franciscanos na Educação Brasileira,

“O mais destacado papel na obra de civilização ibero-americana corresponde aos religiosos e entre estes se distinguiram os franciscanos” (SANGENIS; 2008; 97).

Tais educadores fazem parte da história do interior baiano, por serem estes religiosos os responsáveis pela educação elementar no interior e pela criação de escolas de gramática ou primeiras letras nas localidades por onde passavam e fundavam seus conventos...

“Onde os padres seculares na qualidade de capelães dos engenhos de açúcar instruíam tão somente os filhos da chamada ‘Casa Grande’ ficando porém os povoados dependentes da caridade dos filhos de São Francisco.” (SANGENIS; 2008; 100).

Muitos índios também foram catequizados por estes missionários, que além de ensinarem a doutrina cristã, também ensinavam a ler, escrever, fazer contas, cantar e tocar instrumentos musicais, aos pequenos curumins que se internavam em seus colégios.

Exemplo notório disto se tem em Jacobina, Bahia, criado em 1720. Rodeado por serras, morros, lagos, rios, fontes e cachoeiras, situado na região noroeste da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, fica a 330 quilômetros de Salvador e é conhecida como Cidade do Ouro, uma herança do minério que atraiu os bandeirantes paulistas no início do século XVII.

Tal metal e o gado trouxeram para estas terras os Guedes de Brito, que percorreram os sertões da Bahia e implantaram seus currais, em 1652, nas terras de Jacobina. Como também, tais terras, serviram de palco para os ensinamentos dos Franciscanos nesta ocasião.

“Embora os franciscanos fizessem em primeiro plano a catequese dos índios, instruindo-os na religião católica e exultando-os à vida cristã, não podiam deixar de zelar também pelo bem estar material dos seus protegidos. Ensinavam-lhes as artes principais e introduziam-nos quanto possível no segredo da agricultura, distribuindo o serviço do amanho da terra e vigiando a boa execução do plantio.” (LEMOS; 1995; 32 – 33)

Os Franciscanos possuem poucos registros sobre seus feitos, muito diferentes dos Jesuítas, que dado ao encargo de imprimir constantes relatórios possuem uma literatura vasta sobre sua ação na colônia. Porém, constam, mesmo assim, em poucos documentos a fundação da Missão do Bom Jesus da Glória da Jacobina, em 1706, para a catequese dos índios Paiaiás, em terras de pouca extensão, pelos Franciscanos. O alvará de 07 de maio de 1705, que autoriza a fundação de uma Igreja nas terras da Jacobina, com o objetivo de dar assistência aos índios, visando o cuidado pelos Franciscanos da catequese e da administração dos santos sacramentos. Antes mesmo destas datas, se tem indícios dos trabalhos infringidos pelos Franciscanos nesta localidade. Dados, estes respaldados pelas inscrições da vinda dos Franciscanos em 1697, para a localidade, com a finalidade, a piore, de fundar na sede da Missão de Nossa Senhora das Neves do Saí, uma aldeia indígena dos Índios Paiaiás.

Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e do Brasil pelo Marquês de Pombal, então Ministro de Estado em Portugal, o ensino passa a ter nova roupagem. São empreendidas varias reformas tanto na educação quanto na economia com o objetivo de adaptar os paises, sobre a sua jurisdição, aos ideais Iluministas.

“ No Brasil, desapareceu o curso de humanidades, ficando em seu lugar as “aulas régias”. Eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja: os professores, por eles mesmos, organizavam os

locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino.” (GHIRALDELLI JR; 2009; 27).

Em Jacobina, o número de missionários paulatinamente foi tendo um decréscimo significativo a ponto de em 1780, só se encontrar apenas um missionário na Missão do Bom Jesus. Corroborado, não só pelas leis pombalinas, como também, pelas secas e epidemias a Missão de Jacobina, fechou suas portas em 1847, filiando-se a Matriz de Santo Antônio, permanecendo o último missionário entre os índios até 1859.

Neste intercurso, o ensino elementar não foi deixada à parte. A primeira escola instituída pelos registros da província foi datada de 1795, sobre a regência dos professores José Bento Dantas Coelho e Francisco José Lopes de Araújo Veras, para as cadeiras de Gramática Latina e Primeiras Letras respectivamente. E a posterior, com o falecimento do docente próprio da cadeira de Gramática Latina, tomou posse o mestre João Longuinho de Souza, em 24 de junho de 1834. Até os anos de 1840 as aulas eram ministradas em escolas isoladas, nos recintos dos lares, ou em ambientes religiosos, onde se aprendiam as primeiras letras, gramática, e estudos de cunho carolas.

Os relatos dispostos na presente obra nos motivarão ainda mais a busca por novas fontes de conhecimento sobre a história do interior, em especial o baiano. Jacobina, local rico em saberes historiográficos sobre pessoas, fatos e ambientes, inspira a procura continua por soerguer seu passado educacional para falar a um futuro que está sempre às portas, de pessoas que amam os conhecimentos e virtudes de sua gente.

Desta forma, coube a respectiva produção em história da educação sinaliza aspectos ímpares que fundamentem as questões próprias do lugarejo, sinalizando para o primeiro capítulo as situações referentes a formação social, econômica e política da localidade, infligidas pelas ações referentes a exploração mineral, latifúndios, migrações e a catequese dos índios paiaiaís, que contribuíram para a formação e estruturação de Jacobina, fazendo quando

oportuno pontes entre os fatos em época no Brasil e as suas influencias na região.

O segundo capítulo prioriza os fatos referentes à estrutura educacional da Bahia iniciados pelo Clero e a posterior pelos mestres leigos, até a efetiva introdução da educação como instituição de ensino para todos os cidadãos da Colônia. O presente texto procura sempre destacar as questões metodológicas, pedagogias em suas relações aluno, professor e sociedade no período correspondente aos séculos XVII ao XIX para melhor compreensão da proposta subsequente, que viria a ser a educação em Jacobina.

E o último capítulo da produção focalizou a situação educacional de Jacobina, a priori destacando os primeiros vultos educacionais no final do século XVIII, até o seu ápice no início do século XIX, mas exatamente nos anos de 1820 a 1840, enfocando a área metodológica, o currículo, as relações pedagógicas e a repercussão do ensino na sociedade em questão.

Logo, cumpre salientar que a presente pesquisa sobre a maneira como se deu a implantação do ensino elementar de Jacobina, na Bahia, é disposta segundo a natureza convencional de pesquisa em História da Educação, que parte do estudo dos fatos no passado, mas que avança no conhecimento analítico dos atos humanos, não se atendo apenas a organização cronológica dos acontecimentos.

E para tanto, este estudo procurou priorizar as questões pertinentes as de uma estrutura básica em pesquisa para fins de fomentar conhecimentos científicos sem aplicabilidade imediata. Porque, se pensa, para tanto, que a análise história deve objetivar o trabalho com dados, registros ou documentos de outrora, a partir de levantamentos minuciosos dos documentos próprios a descrição, resultando em conhecimentos críticos e reflexivos sobre os saberes articulados.

O que se pretende com este trabalho não é o desqualificar aportes documentais, ele se fundamenta em interesses de gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço das ciências humanas, que servirão a posterior na ampliação das informações sobre a História da Educação no interior da Bahia. Logo, se dispõe a considerar em suas relações o dinamismo entre o sujeito e o objeto da pesquisa em suas análises dos fatos, estando disposta a ampliar, modificar os resultados de acordo com a interpretação das fontes documentais primárias e as atribuições de significados a elas dispostas.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguiram um cronograma, composto por: levantamento de fontes primárias no Arquivo Público de Salvador, na Biblioteca dos Barris, no Arquivo Público de Jacobina, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e na Igreja da Ordem dos Franciscanos no Terreiro de Jesus em Salvador, seleção e catalogação dos dados coletados, análise do material levantado, seleção e análise de fontes secundárias, elaboração das conclusões, num período referente há um ano contado segundo o presente cronograma, após a escolha do tema em agosto de 2011: Levantamento bibliográfico realizado nos meses de setembro e outubro de 2011; Elaboração do projeto em setembro e outubro do mesmo ano; Apresentação do projeto no mês de outubro; Coleta dos dados outubro a fevereiro de 2011 – 2012; Organização do roteiro, março de 2012; Redação do trabalho, março a junho de 2012; Revisão e redação do trabalho em junho de 2012.

2011 - 2012

MES/ ETAPAS	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Outubro
Escolha do tema	X										
Levantamento bibliográfico		X	X								
Elaboração do anteprojeto		X	X								
Apresentação do projeto			X								
Coleta de dados			X	X	X	X					
Análise dos dados					X	X	X	X			
Organização do roteiro/partes							X	X			
Redação do trabalho							X	X	X		
Revisão e redação final										X	
Entrega da monografia											X
Defesa da monografia											X

Respaldado a partir do material disposto na presente obra, poder-se-á vislumbrar achados condizentes a temática proposta sobre a formação da Educação de Jacobina que possibilitará o resgate da memória educacional do interior baiano, de forma não só quantitativa, mas e principalmente qualitativa, envolvendo verdades e interesses universais em uma temática regional.

|

|

CONTEXTO HISTÓRICO DE JACOBINA

“Minha terra tem palmeiras;

Onde canta o Sábia;

As Aves, que aqui gorjeiam

Não gorjeiam como lá.”

(Gonçalves Dias)

1. QUANDO O MINÉRIO FALOU MAIS ALTO

O Brasil no início do século XVIII ainda prosseguia sob o domínio da Metrópole Portuguesa, com uma economia basicamente de exploração, monarquia absolutista escravocrata e povoamento litorâneo. Após o declínio da economia açucareira, em virtude da concorrência brasileira com as Antilhas, a Coroa Portuguesa passou a direcionar seus esforços aos metais nobres e com isso o país inicia um longo processo de modificações econômicas, políticas e sociais que marcarão a sua história.

A procura por metais preciosos nas terras brasileiras se iniciou desde os primeiros vultos de colonização, quando foram criados os Governos Gerais em 1548. No transcorrer dos tempos até seu ápice, séculos XVII e XVIII, ocorreram várias expedições que, de certa forma, mapearam o Brasil Central, mas exatamente partindo das terras da Bahia, Espírito Santo, Ceará, Sergipe e Pernambuco para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Centro Oeste da Bahia e demais localidades atingindo de norte a sul o país. As principais expedições foram realizadas por Fernão Dias Pais, em 1674 e 1681, para o sertão; Antônio Rodrigues Arzão, em 1693; Antonio Dias de Oliveira, em 1698 em minas de Ouro Preto, esta última marcou o início da corrida pelo minério.

Pessoas ávidas por enriquecimento fácil e rápido surgiram de diferentes partes do Brasil, de Portugal e de tantas outras partes do mundo (árabes, judeus, Frances) sem medir esforços ou consequências, com o único intento de desbravar os leitos dos rios e a partir da lavra (grande extração) e a faiscação (pequena extração), e do uso do ouro de aluvião, depositado no fundo dos leitos dos rios, de fácil extração, e caráter nômade trabalhavam em busca de seus intentos.

Mesmo, este tipo de extração se caracterizando como rudimentar, carecia de material especializado e mão de obra produtiva (escrava) para engendrar a retirada do minério nas lavras. Não obstante, como nestas regiões ainda não fossem povoadas muitos comerciantes passaram a se fixar nestas localidades. Sua maioria favoreceu o desenvolvimento dos entrepostos comerciais destes lugares, em virtude do crescimento populacional e abertura ao comércio da região circunvizinha, formando vilas, que posteriormente se tornariam cidades.

“A Bahia possuía uma ligação com Minas muito anterior à descoberta do ouro. O caminho foi aberto pelos bandeirantes paulistas no século XVII do sul para o norte. A vantagem dessa via era a sua segurança e conforto.” (KOSHIBA; 1996; 49)

A Bahia estava diretamente envolvida na busca pelo ouro. Não só porque o precioso metal era visto com bons olhos por todos, mas também porque dispunha de vários meios que colaboraram para tal extração. Não que as vias abertas por Fernão Dias, nos limites de São Paulo, deixassem para traz a sua utilidade, mas nada melhor que os caminhos baianos para serem seguidos, até porque era sabido que em algumas localidades por onde passavam os aventureiros existia ouro. As estradas baianas, por sua vez, eram largas e facilitavam o transporte de animais e mercadorias, como também eram desprovidas de ataques indígenas. Estas últimas vias passavam pelo sertão e o Rio São Francisco até as Minas, onde transpunham os produtos europeus retirados dos portos de fácil acesso a Portugal, no litoral baiano. Com isso muitos latifundiários deixaram suas terras e foram em busca do precioso metal. O que desagradou por maneira a Portugal, que, por sua vez, preferia ver os

baianos imbuídos da produção açucareira. Logo, por tanto, determinou que a Bahia não comercializasse com Minas, exceto gado, coisa que não existiu, em virtude do contrabando, que continuou a vigorar nestas terras.

Nesta mesma época, ainda existiam, mesmo assim, muitos territórios a ser descobertos na região central da Bahia. O interior era formado, em sua maioria, por matas espessas.

“Das suas altas serranias, os rios encachoeirados desaguavam pelas escarpas da serra, trazendo, junto com a brancura da espuma, o brilho dos diamantes que iam adormecer em catras, grupiaras e engrunados. Em seus vales, as águas correntes e cristalinas dos córregos deixavam reluzir o ouro que parecia eternizar-se em suas margens.” (BANDEIRA, 2006, 34)

Esta bela paisagem, do centro norte baiano, região noroeste da Bahia, a 330 km da Capital, mais conhecida na contemporaneidade como Jacobina, que significa *“campo aberto, campo vasto, ou naturalmente despido de vegetação”* (LEMOS, 1995; 26), era povoada por Índios do grupo Cariri (Maracás, Paiaiás e os Sabujás), prioritariamente, os Paiaiás, ainda nos primeiros séculos de colonização.

Os forasteiros que ali chegaram ávidos por dominar tudo o que encontrassem pela frente, não mediram esforços no combate aos donos das terras. Vale ressaltar, que estas tribos resistiram o quanto puderam a presença do homem branco. Mas, mesmo com as habilidades indígenas para guerra e sua agressividade, contam os relatos de BANDEIRA; 2006; 42, que existiram casos em que foram eliminados em média de 400 índios, em apenas um combate. Mas também, outros tantos sertanistas que por estas terras chegaram sofreram na mesma moeda o preço da sua ganância desmedida. E entre resistências e combates aos poucos a terra recebeu novos donos, que por certo ainda não foram os mineradores, e sim, os donos das sesmarias.

Ao voltar-se um pouco no tempo história, mais exatamente no século XVI, quando na oportunidade Portugal se viu obrigado a povoar as terras brasileiras,

em virtude de se sentir acuado pelas constantes ameaças de ocupação vindas pelos Holandeses, surge à ideia de conceder terras aos cidadãos que se dispusessem a pagar determinada quantia por elas, e num prazo de cinco anos colonizá-las. Nesta ocasião, duas famílias dominaram soberanamente estes territórios entre Minas Gerais e Maranhão: os Garcia D'Ávila e os Guedes de Brito. Este último, em virtude dos serviços prestados a Coroa em defesa da Colônia, conseguiu aumentar e muito seu patrimônio, se tornando um dos maiores latifundiários da região.

No século XVII, Antonio de Brito Correa e sua esposa Maria Guedes passaram a terras ao seu filho Antonio Guedes de Brito. Este território em questão também contemplava as terras da região de Jacobina, povoadas e ocupadas a priori pela pecuária em regime escravocrata.

Outros fatos que se seguiram nos séculos posteriores sobre esta família merecem destaque. Antonio Guedes de Brito fora casado com Guiomar Ximenes de Aragão, em 1677, mas, só conseguiu um herdeiro direto com o relacionamento extraconjugal com Serafina de Souza Dormundo, D. Isabel Maria Guedes de Brito, que se casou por duas vezes não suscitando descendência.

Após o falecimento de D. Isabel (1762), seu marido D. Manuel de Saldanha da Gama Guedes de Brito, retornou a Portugal se casando com D. Francisca Joana Josefa da Câmara Coutinho. Entre os herdeiros, frutos desta união D. João de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito, VI Conde da Ponte, foi o último do clã a administrar o patrimônio da família, nomeado também, general da Bahia em 1805, responsável pela segurança Real em 1808. Mas, qual a importância de serem sinalizados tantos fatos de ordem familiar com Jacobina? Em virtude do seguinte aspecto:

“Um engenho era mais que propriedade rural, uma fazenda ou uma fábrica (...) era uma povoação, uma vila, um núcleo civilizado, miniatura do conjunto, com todas as “espécies” civilizadas, da cultura.” (PEIXOTO; 1947; 239).

Estas construções davam suporte não só as fazendas, mas auxiliavam, sobretudo, aos bandeirantes que viam como base de apoio para as expedições no curso dos rios, neste caso o Itapicuru, um dos principais afluentes hídricos de Jacobina, palco de grandes extrações de minério no século XVIII. E os Garcia D'Ávila, estes por sua vez, foram determinantes para a formação do vilarejo ao que tange a vinda dos Franciscanos ao interior baiano, em especial Jacobina.

Vivia-se em épocas de colonização, séculos XVI e XVII, sobre o regime do Padroado Régio, o rei assumia funções até sobre a Igreja, sinalizando quem poderia ou não exercê-las na colônia. Os Jesuítas a priori, como já foram sinalizados, eram os responsáveis pela educação colonial, chegando até mesmo a introduzir seus trabalhos em terras interioranas como foi o caso dos...

“Antecessores dos missionários franciscanos na vasta região da Jacobina foram os jesuítas, que, na segunda metade do século VII, catequizavam os Paiaíás aldeados na missão de S. Francisco Xavier, Desta aldeia já não se descobre vestígio, nem ao menos se sabe onde ficava localizada.” (WILLEKE; 1954; 81).

Mas, por que os Jesuítas saíram destas terras? Os Dias D'Ávila, na Bahia, “A Casa da Torre”, viviam em constantes conflitos com esta ordem religiosa, chegando por vezes a derrubar cruzeiros e capelas da companhia, infligindo assaltos, por alegarem não só a repulsa ao comportamento autoritário da Companhia de Jesus, como também por afirmarem que os Jesuítas defendiam os interesses do Rei da França. Daí as missões foram abandonadas e como era desejo tanto do governo Colonial como da própria “Casa da Torre”, o trabalho contínuo da catequese, recorreram aos préstimos dos Franciscanos nas missões sertanejas.

Há também, alguns pontos a serem considerados sobre as missões franciscanas. O Primeiro destes era a distancia considerável entre uma missão e outro, naqueles tempos o transporte era essencialmente a cavalo ou a pé, e levavam-se dias ou até mesmo meses no deslocamento da capital para as aldeias da região do São Francisco, onde existiam as seguintes missões: Itapicuru, Massacará, Sahy, Juazeiro, Jacobina, Pajehú, Pontal, Unhunhu,

Zorobé, Coripós, Curral dos Bois e por pouco tempo Massarandupió, Jeremoabo, São Gonçalo do Salitre, Aaracapá, Rodelas, Pambu e Serinhaém. Cumpre salientar que os pontos de repouso mais favoráveis ao provimento de mantimentos eram nas Missões de Massacará e Sahy. Todavia, o que motivou a diminuição dos religiosos nas missões foram as determinações dos capítulos provinciais a respeito das missões, em função da quantidade de religiosos até sua completa extinção, já no século XIX.

“ Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, as sete províncias estavam aniquiladas, e os religiosos dispersos. Quando menos se pensava, apareceu aí o Pe. Min. Geral. Fr. Bernardino de Porto Romantino, com o plano de criar uma nova Província Franciscana em Portugal, isso em maio de 1883. Vencidas as primeiras dificuldades, ficou constituída em 1891, servindo Varalojo de noviciado.”(WILLEKE; 1954; 11)

Como segundo ponto a ser sinalizado, as autoridades legais da época não permitiam a construção de noviciados, apenas hospícios, sendo assim, na missão da Jacobina, fora derrubado o convento, ficando apenas as paredes para a construção do cemitério, do hospital e a Igreja das Missões, a capela do Bom Jesus (1706).

Os registros encontrados nos livros de relatórios franciscanos, de Frei Venancio Willeke, da Ordem dos Franciscanos Menores, intitulado: As nossas missões entre os índios (1681 – 1862) indicam alguns dos feitos destes sacerdotes no recôndito da missão de Jacobina em época vislumbrada. Como também das suas contribuições culturais. Entre elas podem ser destacadas o trabalho missionário nas missões.

“Era o missionário que dirigia tudo, naquelas condições patriarcais, distribuindo os serviços entre os índios, ouvindo e julgando as queixas destes, vigiando pela ordem e disciplina públicas e defendendo os direitos dos seus aldeados contra quem quer que os desrespeitasse, o mesmo abaré executava também ordens dos seus superiores, tanto do provincial, como do bispo e às vezes até do pároco a cuja freguesia pertencia a aldeia, outrossim do governo, da junta das missões, etc.” (WILLEKE; 1954; 112)

As exigências por parte da Coroa eram muitas, determinando dos missionários, índios mais habilitados a novas expedições de Estradas ou Bandeiras, ou a submissão das tribos rebeldes, impondo o ensino aos aldeões na doutrina da fé, no ensino dos filhos a ler e escrever, como também no canto e no toque de instrumentos, para abrilhantar os dias de cultos festivos.

Doravante, existia um terceiro agravante. Como este é um polígono de secas, mesmo com a escolha dos sítios em lugares favoráveis ao contato com a natureza, como os de Jacobina, todas as vezes, que os recursos se esvaíam para os índios, eles trocavam de lugar, para suprir suas necessidades vitais e se associavam a outras tribos primitivas, dificultando o trabalho dos missionários. Até porque para o governo as missões serviam para defesa da terra, acompanhamento das conquistas econômicas e a submeter tribos selvagens e rebeldes aos domínios da Coroa.

“As grandes secas e epidemias costumavam afugentar os índios das suas aldeias para outras terras menos sujeitas a tais calamidades. Somente a custo, o missionário conseguia a volta da sua grei depois de passado o perigo. A convivência com tribos pagãs decerto exercera a sua funesta influência sobre os aldeados fugitivos, dando novo trabalho ao missionário.” (WILLEKE; 1954; 21)

“Não foram somente os jesuítas e capuchinhos que sofreram invasões e roubos em suas aldeias, devido às instigações da Casa da Torre. Também os franciscanos tiveram que defender os direitos naturais dos seus aldeados. Sirvam de exemplo os casos de Sto. Amaro do Palmar e de Jacobina, cujo síndico apostólico, em 1816, se queixava ao Pe. Provincial sobre os roubos verificados nas terras da missão do Bom Jesus da Glória, durante a seca de 1807 até 1809 e a epidemia subsequente, que afugentara os índios e o missionário Frei Domingos de São José Lobo.” (WILLEKE; 1954; 15)

Deveras, o trabalho nas missões era de sobre modo árduo, a ponto de apenas cinco franciscanos terem demorado mais tempo nos aldeamentos, em torno de 20 a 40 anos, como foi o caso de Frei José da Encarnação (1780 – 1859), que ficou 30 anos nas missões de Jacobina. Frei Martinho de Nantes, da Ordem

dos Franciscanos Menores Capuchinhos, descreve os atributos de bons missionários:

“Ser bom “língua” é falar bem o idioma índio; amar aos seus aldeados; desapegar-se dos bens terrestres; andar firme na virtude da castidade...o motivo particular nas missões, que é integrarem-se as índias sem relutância a qualquer homem.” (WILLEKE; 1954; 112).

Os proventos destes missionários eram basicamente oriundos dos auxílios enviados as missões pela Coroa e das contribuições da “Casa da Torre”. A missão de Bom Jesus da Glória de Jacobina perdurou de 1706 a 1847, quando na oportunidade deixou de existir, pelos motivos já salientados.

Agora sim, voltando-se para o ouro e deixando a parte os latifúndios e as missões, os Bandeirantes, de início, clandestinamente transpuseram as serras de Jacobina no início do século XVIII, rompendo as matas, alcançando os rios Itapicuru, como já foi sinalizado. Os primeiros dados comprovados sobre a extração do ouro nestas minas são datados de 1700. Relatos especulativos afirmam que antes mesmo desta data já existia a exploração contínua de ouro. Há quem diga que o primeiro aventureiro a encontrar o precioso minério na região Jacobinense foi Belchior Dias Moréya nos anos de (1595 a 1596). Mas somente quando o governador D. João de Lancastro recebeu provas concretas sobre a existência de metais preciosos em terras interioranas, que se pode validar tais informações oficialmente, mas os primeiros moradores a chegarem as terras de Jacobina foram: Robério Pires, Belchior Dias Moreira e Antônio de Brito Correia, originários da Europa.

Como a localidade não possuía construções religiosas a primeira a ser fundada, foi realizada pelo português Antônio da Silva Pimentel (daí a origem do nome da igreja) intitulada capela da Matriz de Santo Antônio em 1705.

“Bateiadas as primeiras pepitas no Itapicurumirim armaram os ranchos ao pé da serra, formaram o acampamento nas rampas vizinhas, arrebanharam os Tapuias mansos para a lavagem do cascalho, recomeçaram naquele vale a epopéia dos paulistas do Sabarabuçu, do Rio das Mortes, do Ribeirão do Carmo.” (CALMON; 1950; 143)

“A fundação da cidade muito se deve à exploração das riquezas minerais, que começou por volta do século XVII, o que obrigou aos aventureiros a fincar moradia e implantar as atividades pastorais e agrícolas, que se tornavam essenciais para a continuidade da mineração. À proporção que se tornavam essenciais para a continuidade da mineração. À proporção que a notícia da riqueza fácil que podia ser encontrada aqui se espalhava; cada vez mais apareciam os chamados “desbravadores”, que se aglomeravam as margens dos rios Itapicurú Mirim e Rio do Ouro.” (DIAS; 1988; 4)

Em 1720, D. João V, autorizou a extração do minério sobre a recomendação de que em primeira instância fosse criada uma Vila pelo juiz de circunspeção e autoridade, para melhor controle da administração do lugarejo para fins próprios da Metrópole. Aconteceu, por tanto, que em 1724, a mando do quarto vice-rei do Brasil Vasco Fernandes Ceser de Menezes, o Conde de Sabugosa, auxiliado pelo sertanista Pedro Barbosa Leal, a fundação da Vila de Jacobina. Desde então o caminho passou a estar quase que totalmente livre para a exploração de minério. Não fossem em parte a Coroa querendo seu dízimo e os índios suas terras. O fato foi que durante muito tempo a extração de ouro de aluvião encheu as mãos e os corações de muitos. O intercâmbio entre povos de diferentes lugares com o transcorrer do tempo deram forma ao novo mundo que se nascia.

Com o passar dos dias as minas foram tomando outro perfil. A Coroa percebeu a necessidade de uma administração que auxiliasse na cobrança de impostos e na eliminação do contrabando. Os Códigos Mineiros de 1603 e 1618 foram reestruturados e perduraram até o fim do período colonial. A Intendência das Minas órgão administrativo cujo principal atributo era o de se reportar diretamente a Portugal em suas decisões e negociações foi uma das medidas dispostas no novo código. Como também, o Regimento dos Superintendentes, os guardas-mores que tinham como função a divisão dos lotes e fiscalização do cumprimento do regimento até mesmo em lugares distantes, criando, se fizessem necessário, nestas localidades, as casas de fundição. E oficiais deputados, que cuidavam do cumprimento dos impostos sobre o ouro recolhido correspondendo a 20% do ouro extraído, o quinto.

A principal preocupação da Coroa era com o contrabando. Esta, portanto, permitiu que seus olhos estivessem vendados para a real situação estruturada na Colônia. Na metade do século XVIII, o ouro de fácil acesso passou a ser difícil de ser encontrado. Muitos garimpeiros deviam aos comerciantes boa parte da sua produção, pois careciam de recursos e mantimentos para sobrevivência no garimpo. Muitas pessoas que viviam do precioso metal, se vendo em meio aos custos altos para permanência nas localidades e o baixo retorno de suas produções começaram a trabalhar na lavoura inaugurado nesta época o renascimento da agricultura.

Mas, a legislação tributária ainda insistia na cobrança de altos impostos. E a fim de garantir esse recolhimento passaram a ser criadas medidas de exação como a capitação (um imposto sobre o número de escravos que chegasse a equivaler ao quinto), que não foi aceita pelos mineradores porque nem sempre a quantia arrecadada incidia sobre o valor arrecado; o sistema de fintas (pagamento de 30 arrobas por ano que também corresponderia ao quinto) não foi aceito desta feita pelo rei em virtude das constantes revoltas e as incertezas próprias da época; e as Casas de Fundição (o ouro em pó seria transformado em barras com selo real e antes da sua fundição seria retirada a parte correspondente a Coroa), tais comedimentos foram incididas na Comarca de Jacobina durante o período de exploração do minério, a partir da fundação de uma Casa apropriada com prensa de bronze, datada de 1726, como será explanado a frente.

Com estas medidas muitas revoltas ocorreram como a de Felipe dos Santos em Vila Rica, 1720, questionando a implantação das Casas de Fundição, e as constantes vigilâncias tanto na entrada quanto na saída de pessoas dos lugares de exploração, que implantavam terror aos moradores daquelas localidades.

Foi neste mesmo ano, no governo do 5º Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide (1702-1722), que a sede da Missão de Nossa Senhora das Neves do Saí, aldeia indígena dos índios Papaias, fundada por Frades Menores ou em outras palavras Franciscanos, em um ambiente propício para a concentração de

vaqueiros e viajantes como abrigo as expedições, atual Senhor do Bonfim, perdeu o domínio sobre as terras de Jacobina, que passou desde então a ser governada em seu próprio solo, em virtude das barbáries existentes na localidade em questão, motivadas pela posse de metais preciosos e para maior controle do Vilarejo Aurífero pela Coroa, como já foi sinalizado anteriormente. Cabe salientar que o marco de fundação desta Missão Franciscana não se encontra em terras do Senhor do Bonfim, mas sim no centro histórico e comercial de Jacobina, com o nome de Igreja da Missão, fundada em 1706, também pela ordem Franciscana. Segundo as considerações feitas por LEMOS; 1995; 31

“No alvará de 07 de maio de 1705 pelo qual a Rainha da Inglaterra D. Catarina, infanta de Portugal e Regente do Reino, autorizava a Antônio da Silva Pimentel para erigir uma Igreja nas terras da Jacobina, “falava-se em dar assistência aos índios papaia, cuidando-lhes da catequese e da administração dos santos sacramentos os quais estão sem sacerdote”. É de supor que os franciscanos antes de 1706, já haviam iniciado o seu apostolado entre os índios papaia.”
(LEMOS; 1995;31)

LEMOS; 1995; 32 ainda faz uma descrição da missão situando a população inicial de cem casais de índios, sobre um fluxo de aproximadamente 300 religiosos, que se dispunham próximos a igreja, ao hospício, morada dos franciscanos na época, e as tribos indígenas, que neste momento se mostram pacíficas, contradizendo a visão de outro historiador BANDEIRA, quando se apropriou dos conhecimentos sobre estes povos para citar a dizimação do povo indígena na localidade em questão, todavia, não se faz condizente descartar ambas as hipóteses, já que na atualidade não se registra aldeias indígenas ou qualquer outro vestígio de manifestação dos índios paiaiás na localidade em questão.

“O local mais aprazível de Jacobina foi cedido à aldeia do Bom Jesus da Glória, surgindo ali a capela missionária com o seu Cruzeiro, os característicos alpendres e o campanário de madeira, até hoje decorridos 289 anos encantam os nossos olhos. À pouca distância da capela moravam dois ou três missionários no chamado “hospício” ou “conventinho”, seguindo-se ao redor do Largo da Missão, as

choupanas dos paiaíá. Ao poente da Igrejinha ficavam as terras do patrimônio ocupando uma légua quadrada onde os Índios cultivavam todo gênero de plantações sob a orientação dos seus abares. A lagoa vizinha e os Rios do Ouro e Itapicuru-Mirim, favoreciam-lhes a pesca, enquanto o barro excelente da redondeza transformava-se sob as mãos ágeis dos aldeados em louças de toda a espécie.” (LEMOS; 1995;32)

Jacobina enfrentou a fiscalização acirrada de Portugal, como já foi dito, a partir da instalação da Casa de Fundição em 1726. Realmente seria muita displicência, Ultramarina, permitir que outros forasteiros senão os reais se beneficiassem de tamanha quantidade aurífera que destas terras saia. Logo, portanto, em 1758, elevou o lugarejo à condição de Freguesia de Santo Antonio de Jacobina, e fundou a Igreja Nossa Senhora da Conceição, em 1759.

Paulatinamente, o ciclo do ouro teve seu fim. Não havia como explorar sem recursos e conhecimentos específicos, porque as noções dos mineradores eram fruto da experiência na lida diária, nada que propiciasse novas técnicas e a capital portuguesa também não tinha interesse em investir, visto que já despontava no mesmo período outras formas de destaque na economia – a agricultura, exaurindo completamente no início do século XIX, os últimos veios do minério nas terras de Jacobina.

2. NOVOS TEMPOS, OUTRAS MEDIDAS

Enquanto o ouro se despedia do cenário internacional e a agricultura dava seus primeiros passos no Brasil, na Europa o Iluminismo com suas novas visões sobre o homem e o mundo, auxiliavam o início da Revolução Industrial Inglesa, metade do século XVIII. *“Por trás de todo esse movimento, encontrava-se a burguesia, comandando a crítica ao antigo Regime e, portanto, à nobreza e ao absolutismo.”* (KOSHIBA; 1996; 60).

Assim como a Prússia, Áustria, Rússia, Espanha se sentiram pressionados pelos ideais Iluministas dos filósofos Voltaire e Diderot, para romperem com o absolutismo, Portugal não foi exceção. Só que as transformações realizadas nestes países não tinham um caráter revolucionário. Na realidade o que estas nações desejavam, era pura e simplesmente, amenizar as insatisfações populares e reforçar o seu poderio junto às suas colônias ainda mais fortes e inflexíveis.

Um exemplo marcante desta proposta foi articulado por D. José (1750-1777) e seu ministro, o Marquês de Pombal. Era um período de enfraquecimento da mineração e Portugal precisava reorganizar a casa sem perder a sua opulência sobre a Europa. Bem verdade que a Coroa ainda não estava participando de nenhuma revolução industrial, mas precisava se modernizar. Para tanto, *“a política de Pombal tinha em vista, de um lado, o fortalecimento do Estado e, de outro, a autonomia econômica de Portugal”* (KOSHIBA; 1996; 60) sobre a Inglaterra. Mas como realizar tal proeza?

“No primeiro caso, Pombal tratou de diminuir a influência da nobreza e sobretudo dos jesuítas, os quais expulsou de Portugal e de todos os seus domínios em 1759. Quanto à autonomia econômica, o seu objetivo era o de tirar o país da órbita inglesa, na qual ingressara a partir de meados do século XVII.” (KOSHIBA; 1996; 60).

Porque Pombal pretendia a partir de

“Esse regime subordinou os organismos políticos e sociais ao poder central; enquadrou a nobreza eliminando os privilégios de

nascimento; nobilitou os agentes da indústria e do comércio; neutralizou os conflitos de classe; extinguiu a Confraria do Espírito Santo da Pedreira ou Mesa dos Homens de Negócios (1755), criando a Junta do Comércio (1756) e a Aula do Comércio (1759); instituiu a política dos diretórios visando a subtrair os indígenas do controle eclesial (1757); expulsou os jesuítas (1759); vinculou a Igreja ao Estado, tornando-a independente de toma (1760); criou os Colégio dos Nobres (fundado em 1761 e aberto em 1766); aboliu a diferença entre cristãos velhos e novos (1768); criou a Real Mesa Censória (1768); secularizou a Inquisição, tornando-a um instrumento do Estado (1769); e decretou a reforma dos estudos menores (1759) e maiores (1772.” (SAVIANI; 2011; 81 – 82)

O ministro realmente conseguiu seus intentos de expulsar os Jesuítas, mas a autonomia administrativa foi algo que deu muito trabalho, não só para Portugal, mas também para o Brasil conseguir, ficando por muito tempo ainda preso aos cofres Ingleses.

Realmente, Jacobina não tinha muito a oferecer nesta ocasião ao cenário do Porto. O minério começava a dar os primeiros sinais de enfraquecimento, e o foco da extração era muito mais pertinente a Diamantina, que havia sido pouco explorada até então. Os latifúndios continuavam com a sua agricultura rudimentar, lavoura de subsistência, surgindo aos poucos o café, mamona e o algodão nestas plantações. Mas há algo de novo a ser sinalizado nesta região concretizado no poderio da Igreja, a figura dos Franciscanos.

Esta vertente religiosa a Franciscana desde a sua chegada em terras Jacobinenses (1697) sempre agiu discretamente. Não é possível negar que ela era a base da Igreja no interior da Colônia, em especial, Jacobina. Tanto assumindo, como atuando conforme uma estrutura diferente dos princípios próprios dos Jesuítas. Todavia, nem por isso se pode negar a sua primazia diante de um povo que começava a se organizar segundo crenças particulares, sob uma influencia impar perante a comunidade local. Mas, se a pretensão de Pombal era enfraquecer o poder do clero por que ele não retirou os Franciscanos do interior baiano?

Tal especulação não é tão fácil de ser respondida, mas pode ser cogitada alguma hipótese. Esta vertente do clero prezava a abnegação dos bens materiais, pois, para eles, a vida das pessoas precisava ser o espelho de Cristo, logo a completa submissão as autoridades sejam elas quais forem era considerada uma virtude, e poderia promover uma sociedade harmoniosa sem grandes conflitos existenciais. Daí, se estas conjecturas fossem de todo confirmadas, para Portugal, eles, os Franciscanos, nada mais eram que fieis aliados. Sem contar que esta irmandade era de menor força junto a dinastia clerical e não tinha nenhuma aproximação com a Companhia de Jesus.

Quanto às medidas políticas, Pombal extinguiu as Capitânicas Hereditárias, pondo fim ao domínio dos Guedes de Brito e a “Casa da Ponte” na região Jacobinense, endossada pelos fatos que já foram explanados sobre este clã. E centralizou a administração das províncias no Rio de Janeiro, 1763, demonstrando desde cedo a sua preocupação com a economia gerida no entorno desta região do sudeste do país. Como se viu posteriormente em suas atitudes de converter a exploração dos diamantes em monopólio do Estado e o ouro, infligiu cotas de 100 arrobas, complementadas, em caso de falta, pela derrama, em localidades que já viviam há tempos os horrores Portugueses quanto a exploração como o caso das terras baianas. Unindo-se a tudo isso, ainda surgiu o Conselho Ultramarino e as Companhias de Comércio às quais a Coroa concedeu o controle total e completo do comércio Colonial.

Era um despropósito, e foi aceito durante período colonial, um vilarejo, Jacobina, seria governada a milhares de quilômetros, por um governo imparcial e altamente exploratório, mas que em virtude de suas concepções, se manteve solícita aos mandos e desmandos da Metrópole Ultramarina.

Pombal se afirmava como um déspota esclarecido completamente colonialista, ao passo que no Brasil paulatinamente a consciência anticolonialista se afirmava. Logo, logo as revoltas se fizeram constantes tanto na região das minas, sem registros em Jacobina sobre qualquer tipo de levante em época sinalizada. Em quanto isso, em outras partes do país, os ideais republicanos eram propostos, como também os, ante escravocratas, construção e ampliação

das manufaturas, universalização da educação, fazendo cumprir em parte os ideários da Revolução Francesa – Liberdade, igualdade, fraternidade, a partir das Conjurações: Carioca (1794) e Baiana (1798) e Inconfidência Mineira (1789), entre outras que se fizeram presentes, sem representantes de Jacobina.

As lutas foram realmente importantes para a transformação do quadro estrutural do país, mas não surtiram tanto efeito quanto a expansão Napoleônica (1805 – 1815) e o Bloqueio Continental, em Portugal e nas Colônias. Napoleão pretendia por fim ao absolutismo Europeu, tendo completo domínio sobre o comércio Ultramarino, ao mesmo tempo em que punha fim a supremacia da Inglaterra. Portugal se sentia acuado entre os interesses Britânicos sobre o comércio colonial e o seu desejo de ficar e ser reprimido, esmagado pela França. Sem outra escolha a Corte se mudou para o Brasil dando início a novos tempos na estrutura colonial. Neste período as terras de Jacobina eram o centro comercial das localidades em torno. A partir das idas e vindas dos mascates com sede no Vilarejo Jacobinense, mas que, percorriam prestando serviços as atuais terras de Miguel Calmon, Várzea do Poço, e adjacências, favoreciam e fortaleciam o comércio local, tanto ao que tange a uma economia agrária, quanto mercantil, em virtude do aumento populacional destas comunidades circunvizinhas e da geração de renda que se formava a partir de então, por conta dos proventos dos recursos de Jacobina sejam alimentícios, vestuário ou até mesmo o curandeirismo, no Vilarejo as margens dos Rios Itapicuru e do Ouro.

3. O NOVO MUNDO E AS VELHAS ESPERANÇAS

Com a vinda da família Real para o Brasil, a sociedade em sua estrutura administrativa tomou moldes de Corte. Primeiro porque foram criados órgãos públicos nos ministérios do Reino, Marinha, Ultramar, de Guerra, Estrangeiros, Real Erário, órgão de administração e justiça, Conselhos de Estado, Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho Supremo Militar, não só para organizar a administração colonial, mas e principalmente para empregar a nobreza que acompanhava a Corte. Os portos foram abertos às nações amigas e com eles todo tipo de utensílios úteis e inúteis que pudessem ser enviados para a Colônia, fortalecendo a economia Britânicas.

A estadia da Família Real no Brasil provocou o desenvolvimento estrutural da administração Colonial como já foi sinalizando, elevando-o a condição de Reino Unido a Portugal (1815), mas ao que tange o controle da Balança Comercial, a economia quase foi à total falência, o que provocou o início da dívida externa, agravada imensamente no governo de D. Pedro I (1822 – 1831). Ora...

“... o açúcar brasileiro sofria a forte concorrência de Cuba e Jamaica e, na própria Europa, do açúcar de beterraba. O algodão e o arroz disputavam o mercado internacional com a produção norte-americana. O tabaco utilizado na compra de escravos na África se retraiu no Brasil devido à pressão inglesa contra o tráfico. O couro brasileiro viu diminuir o seu mercado devido à concorrência platina.”
(KOSHIBA; 1996; 129).

Então, o que restou para o Brasil? *“Apenas o café constituía a esperança, pois o seu mercado estava em crescimento e o Brasil não tinha ainda concorrentes.”* (KOSHIBA; 1996; 129).

A posterior, nada valeu ao país ser Independente. Primeiro pela sua economia em frangalhos. Segundo porque a Família Real não deixara o poder, e ainda mais, porque este poder era absolutista. E em último lugar, a Constituição de 1824 foi elaborada conforme os interesses da Aristocracia Rural, o que restava ao povo? Restava o reconhecimento de uma Independência que custou aos cofres Brasileiros, tal qual um divórcio litigioso, com uma diferença, só uma

parte foi beneficiada – Portugal, a outra parte herdou os filhos, entre eles as dívidas.

Como um passe de mágica, uma sociedade com vidas tão tranqüilas se permitiu, sem grandes escolhas, acontecimentos de grande relevância a população. Quando imaginavam estar sendo governados por um Rei – D. João, o Brasil já era independente de Portugal (1822). Ao fecharem os olhos e pensarem na possibilidade de terem um governo mirim – D. Pedro II, ministros moderados, restaurados e exaltados disputavam o comando da nação. Ao povo restaram as rebeliões, as prisões, mortes. Só na Bahia foram duas as revoltas. Uma de caráter escravocrata, o Levante Malês (1835) e outra de caráter elitista, a Sabinada (1837 – 1838). Até que, por fim, o Príncipe herdeiro assumiu o trono. E o povo continuou sonhando, com o dia em que os ideais Franceses saíam do papel.

E como ficou Jacobina em meio a toda esta situação revolucionária? Para começar, a referida localidade perdeu paulatinamente o foco minerador nos primeiros anos da vinda da Família Real para o Brasil. A base administrativa da província teve que se contentar com uma agricultura de subsistência. E com a presença constante de forasteiros e andarilhos que ainda se davam ao luxo de comercializar na região, até porque era este o centro comercial mais desenvolvido dos sítios circunvizinhos, como já foi citado.

É notório que o interior do país tinha dificuldades em se articular no mesmo tempo cronológico em que a capital com as mudanças nacionais, pois não dispunham de recursos e proximidade territorial que auxiliasse na ênfase dos fatos. Logo, o vilarejo só pode se despertar para os acontecimentos que transcorriam na capital depois de longo tempo. Em 1810, o Príncipe Regente D. João instituiu o alvará criando o cargo de Juiz de Fora na Comarca supra citada, vindo, portanto esta jurisdição a atender as regiões circunvizinhas até o alcance do Rio de Contas. E por volta dos anos 1836, a Jacobina pode construir a delegacia, organizar a guarda local, realizar um censo dispondo de uma população de 809 nascidos e 255 óbitos, 11 religiosos para as três freguesias pertencentes a esta comarca: Vila Nova de Santo Antônio da

Jacobina, Freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina e Vila Nova da Rainha.

Com a observação dos dados catalogados a partir do presente censo, pode-se verificar a existência de maior contingente populacional nas terras da Vila Nova de Jacobina, que possuía 50% da população correspondente as três Comarcas totalizando 436 nascidos e 139 óbitos, para um quadro de 07 religiosos, 203 homens, 213 mulheres e vinte escravos, sendo destes 12 mulheres e 08 homens.

A Freguesia Velha da Jacobina, atual município de Campo Formoso e adjacências possuía a menor população com 169 nascidos entre religioso, homens, mulheres, escravos e 44 óbitos, seguindo os mesmos critérios dos nascidos proposto para a freguesia anterior. E a Freguesia do Senhor do Bonfim, Vila Nova da Rainha, era composta por 204 nascidos e 72 óbitos, seguindo os mesmos critérios das demais freguesias na discriminação, concluindo o quadro das três comarcas pertencentes a esta região.

Cumprida a observação destes dados que a Vila de Jacobina foi a última a ser disposta no critério de organização populacional, mas por conta dos atrativos auríferos e do comércio pujante, se distinguiu das outras localidades, mesmo tendo em voga nestas outras franquias a criação extensiva de gado. Outra afirmação a ser considerada era o grau de mortalidade na região. Em média de 25% dos nascidos, independente da localização, eram de óbitos. Demonstrando assim a existência de males atípicos que prejudicavam sobremaneira a vivência no lugarejo, endossados pelos relatos já explicitados pelas vivências dos Franciscanos no início do capítulo e outros tantos, com os casos de desnutrição, já que esta área compreende o polígono das secas, como também, as epidemias e os maus tratos que viviam as pessoas ainda empenhadas na extração do minério insurgente.

Faz-se pertinente destacar a existência da mão de obra escrava. No centro urbano da Vila de Jacobina há o maior contingente de mão de obra feminina. Nas outras o destaque é para a masculina, como é o caso das regiões de Vila Velha de Santo Antonio de Jacobina, essencialmente agrícola, quase não

dispunha do quadro feminino em suas tarefas. O que se pode conjecturar sobre tal fato, é que tal acontecimento, próprio da Vila de Jacobina é propício pelo seu caráter comercial que permitia a existência de um público desejoso pelos serviços mais restritos ao lar, cuidados com a manutenção da casa, educação das crianças, trabalhos de costura, adereçamento ou qualquer outra atividade do lar como provavelmente não se veria na Vila Velha, essencialmente latifundiária.

Todavia, por mais que não seja a priori confirmado, como atributo introduzido a sociedade, do século XIX, nas terras de Jacobina, há na cultura também, a existência das manifestações africanas nesta sociedade evidentes no folclore Jacobinense exemplificado pela Marujada. Expressão própria da oralidade, organizada segundo as tradições dos...

“...colonizadores para comemorar as festas de Natal, em que eram armadas na praça pública grandes barracas ou naus de guerra, e , os folgazões ou marujos figuram uma expedição naval onde há combates, cantando os feitos heróicos das lutas portuguesas com os mouros entremeados de danças e ação dramática.” (LEMOS; 1995; 72)

E manifesta na sociedade de Jacobina com características próprias: grupo de homens afro descendentes, provenientes de reis africanos das famílias Labatut, Caranguejo e Capim, que em filas organizadas pelos cargos de Mestre, Contramestre, Capitão, General, Calafates e Marujos, dançam nas festas de largo próprias as festividades dos Santos Benedito e Antônio, utilizando uniforme de marinheiro, viola e pandeiro.

Voltando-se ao documento de ordem, sobre os habitantes da Freguesia de Jacobina há outro fato a ser considerado, desta feita sobre a comunidade religiosa. Existiam duas tipologias para os religiosos, os regulares que viriam a ser os que seguiam uma regra religiosa e viviam nos conventos e os seculares que assumiam funções diocesanas pertencendo a uma paróquia. Destes 11 clérigos da Igreja Romana, 07 encontravam-se na Comarca de Jacobina, como já fora dito, sendo 02 regulares e 05 seculares. Os Franciscanos próprios desta localidade tinham um caráter nômade, vivendo da mendicância para a

construção da sede da ordem dos Franciscanos em Salvador, e cumprindo, quando oportuno do cuidado com os leprosários, onde se instalavam e prestavam seus serviços a comunidade. Como o único existente na localidade era na Vila de Jacobina, provavelmente, esta seria a maior razão da grande afluência dos cânones para esta região.

234

Mapa (1854)

das Freguesias, Religiosas, seculares, e regulares, nascimentos, e Obitos d'esta Comarca de Jacobina no anno passado de 1856.

Freguesias, e suas Anseccoes.	Religiosos e nascimentos						Obitos						
	Religiosos		Nascimentos				Livre		Servos				
	Seculares	Regulares	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total		
Freguesia d'Alta de S. Antonio de Jacobi	1	2	1	82	73	11	3	169	22	20	2	2	44
Freg. d'Alta de S. Antonio da Vila de Jacobina	5	2	7	203	213	8	12	435	74	52	7	5	138
Freg. do S. do Bonfim da Villa de S. Rainha.	3	2	3	103	85	8	7	204	40	23	5	4	72

Resumo
 Freguesias — 5 —
 Religiosos — 11 —
 Nascimentos — 209 —
 Obitos — 252 —

Observações

Não posso garantir a exactidão do presente Mapa pelas razões que no verso d'este passio d'expõem

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - APEBa. Seção de Arquivo Colonial e Provincial (1828 - 1839). Presidência da Província Juizes de Jacobina (1837). Maço 2430, caixa 793

A partir da lei de primeiro de junho de 1838, sob o governo do presidente da província da Bahia Thomaz Xavier Garcia D' Almeida o território de Jacobina passou a ter outros limites, mais condizentes com a estrutura da cidade.

“A Freguesia de S. Antonio de Jacobina limitar-se-á com a de N. Senhora da Saúde no Riacho da Charneca, com a do Coração de Jesus no Riacho Timbó do Arraial do Brejo, com a de N. Senhora da Graça no alto da Boa Vista.

A nova Freguesia do Monte Alegre, quanto a divisão civil, fará parte do Termo da Vila da Jacobina, ficando desmembrada da Vila da Feira de S. Ana, a que pertencia.” (LEIS E DECRETOS; 1835 a 1841; art. 1 e 4)

Com o presente relato sobre a delimitação territorial surgem questionamentos em relação à real localização, onde decorriam os acontecimentos próprios as terras de Jacobina. Já que, a priori, os estudos realizados sobre as Sesmarias e a presente lei afirmam que a extensão da localidade era dos limites de Feira de Santana a Morro do Chapéu. O que pode dissipar a presente dúvida nada mais é que os cognomes existentes nos documentos analisados. Sendo considerado, por tanto, apenas como limites e acontecimentos do município os fatos ocorridos nas jurisdições da freguesia de Santo Antonio da Jacobina, como até aqui foram dispostos pelo autor do presente texto.

Diante de tantos achados sobre a Vila de Jacobina cumpre a relevante constatação de que verdadeiramente algo de inusitado acontecia naquelas terras. Talvez não fosse com os moldes próprios da Corte. Mas ao que interessava a todos, uma sociedade se formava, e com ela outros horizontes, explícitos na maneira daquela gente se comportar diante dos mandos e desmandos de El Rei. E com a confirmação e a esperança de que estavam desempenhando seu papel, do jeito como sabiam ser unicamente Jacobinenses.

A EDUCAÇÃO NA BAHIA

“O trabalho, pois, vos há de bater à porta dia e noite, e nunca vos negueis às suas visitas, se quereis honrar vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de vossa natureza, até dardes com os tesoiros, que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência. Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem detença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer.”

(Rui Barbosa)

1. A FÉ E A EDUCAÇÃO ANDANDO DE MÃOS DADAS

A Educação, nos primeiros tempos de Colônia XVI até o século XVIII, nas Províncias da Bahia, principalmente as mais próximas do litoral como as da Cidade da Bahia, a Vila da Cachoeira, Santa Cruz de Porto Seguro e Ilhéus e outras tantas, era introduzida pelas mãos dos Jesuítas e em poucas Vilas, no recôndito de algumas missões interioranas pelos Franciscanos, como é o caso de Jacobina. No ensino destas escolas menores, próprias ao estudo dos primeiros conhecimentos básicos, que, correspondem ao ensino primário e secundário, eram dispensados em classes, que dispunham de aulas de Primeiras Letras e de gramática portuguesa, língua latina, sintaxe e sílaba da mesma língua, construção do dialeto, retórica, matemática, filosofia e teologia moral. Estas, portanto, definiam assim os pilares de uma sociedade aristocrata e voltada a educação essencialmente de caráter religioso.

“Ainda que sejam diferentes as opiniões dos historiadores e haja escritores que se oponham à instrução confessional, não se poderia, sem injustiça clamorosa, desconhecer o poderoso concurso emprestado pelos jesuítas à instrução pública do Brasil.” (ALMEIDA; 2000; 25)

A Educação Jesuítica se pronunciava segundo princípios próprios, dogmas, baseados em um conjunto de orientações de cunho religioso que pregavam a

obediência ao *RATIO STUDIORUM*, (1586), escritos por Inácio de Loyola, visando ações missionárias e doutrinárias, no período compreendido de 05 anos para Letras, a educação básica própria para qualquer cidadão que desejasse cumprir com os estudos e 07 para os estudos universitários de Filosofia e Teologia. Constando no plano de estudos três cursos: O Curso de Letras, dividido em três partes: Gramática (para três graus inferior, médio e superior), Humanidades (explorava a poesia, a prosa, a história com privação das palavras e fatos considerados como prejudiciais a moral e os bons costumes) e Retórica (atingir a eloquência e a persuasão na comunicação); o Curso de Filosofia ou Curso de Artes e o de Teologia (adequados aos estudos nas escolas superiores).

“Os estabelecimentos dos Jesuítas talvez não apresentassem muita regularidade, ou a uniformidade rigorosa que os programas oficiais chegaram depois a estabelecer;”, mas “... nada era regular, metódico, não admira, pois, que a instrução pública também não fosse uniforme.” (ALMEIDA; 2000; 27).

Talvez porque não era de caráter prioritário para a educação Jesuítica promover outra orientação senão a de cunho religioso, para a conversão e resignação dos povos a Igreja. Para a Coroa também não havia sentido colaborar para que na época em questão existisse outra articulação das pessoas com o conhecimento, e também, a posição do governo central era tão somente a de só se interessar em assegurar a posse e o domínio das terras Brasileiras, sendo, portanto, imparcial diante do que a igreja pensava e concretizava nas terras Baianas. É certo que a educação propiciada pela Igreja Católica, como resposta ao protestantismo, fixada no Concílio de Trento (1545-1564), não deu margem aos povos baianos de vislumbrarem outra orientação a não ser as dispostas nas igrejas cristãs. Os humanistas acreditavam que por meio dos conhecimentos do latim, poderiam aperfeiçoar a razão e a formação do juízo, porque se acreditava que a partir dela se poderiam tanto adquirir a lógica quanto a moral, necessárias a uma vivência em sociedade.

Desta maneira, pareceu oportuno a estas escolas de base cristã prezar pela disciplina com o uso de punições agressivas, porque *“...a disciplina é um bastão de*

oito a nove polegadas, na ponta do qual estão fixadas quatro ou cinco cordas e cada uma delas terá na ponta três nós...” (MANACORDA; 2000; 234), apresentadas a partir de correções ordinárias (no canto da sala) ou extraordinárias (na frente de todos os alunos) “... poderão ser dados, no máximo, cinco golpes no traseiro nu dos alunos...” (MANACORDA; 2000; 234). Com ordens de milícia, os infantes eram subjugados a duras e enfadonhas rotinas regadas a orações, estudos sistemáticos do que lhes eram instituídos a base de doses diárias de uma obediência cega.

“Os próprios cuidados afetuosos parecem exigir de per si, nestes tempos “selvagens”, o inalterável sadismo das pancadas: cada idade e cada inteligência devem ser tratadas de maneira especial; portanto, as crianças, os adolescentes e aqueles que não têm capacidade de entender a gravidade da excomunhão, quando cometerem qualquer erro, têm que ser punidos com jejuns prolongados ou com graves açoites, de modo que se corrijam” (MANACORDA; 2000; 118).

A metodologia utilizada cumpria sete passos organizados em classes distintas próprias ao estudo da língua latina, aritmética e princípios religiosos e morais. Para o aprendizado do latim eram oferecidas lições a partir da leitura do livro do aluno e da tábua ou mural, onde estavam dispostos o alfabeto e o silabário, afixados em uma parte visível da sala.

Quando os alunos tinham domínio deste conhecimento às lições passavam a ser a partir de sílabas (método sintético de alfabetização) e por fim um livro com textos referentes à moral cristã, dados aos pupilos considerando os níveis de leitura dos mesmos (soletração e leitura pausada), com conteúdos sobre os fundamentos referentes à base da educação do cristianismo.

E ao termino dos estudos de leitura acrescentar-se-ia a escrita, pois que se acreditava na prática desta última visando a um ofício, algo aprimorado em aulas específicas sobre o emprego da cópia de manuscritos burocráticos, cartoriais e privados (contratos, quitações, obrigações, procurações, e outros tantos que se fizessem oportunos ao serviço).

A didática jesuítica era ativa própria a interrogações e solicitações, com premiações e castigos, se utilizavam de vários recursos como o teatro, as disputas entre colegas como também o uso de cinco práticas: a Preleção

(explicação dos conhecimentos que o aluno deveria estudar); Contenda (debate entre alunos); Memorização (desenvolver a memória a partir da repetição das partes mais importantes da lição); Expressão (exercício de escrita com traduções da língua em estudo latim-português; português-tupi); e Imitação (prática destinada a aprimorar os estilos literários, ações nobres, e a criatividade conforme autores clássicos).

A educação dada nestes colégios era gratuita, todavia os alunos existentes nestas instituições educacionais, na Bahia, eram sobre tudo de filhos dos latifundiários, que por certo viriam a ser clérigo em sua comarca, entregue ao sacerdócio ou ao ensino onde foram instruídos. Como também, poderiam vir a exercer um dos muitos cargos administrativos da Colônia, indo por vezes, concluir seus estudos além mar, em virtude da inexistência de universidades brasileiras até aquele presente momento.

As unidades de ensino na época ficavam localizadas no colégio da Capital da Bahia, o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado em 1551, no Terreiro de Jesus, com reconhecimento régio por provisão em 1564 e autorizado a ter 60 religiosos da Companhia de Jesus instalados nesta unidade, que também serviria de base de sustentação a redimensão do dízimo em terras Brasileiras, no ano de 1575, já possuía 120 alunos, sendo 70 em sua escola elementar de primeiras letras e 50 nos cursos mais elevados. Nas aldeias indígenas

“Os jesuítas, realizavam a catequese através de uma política de Aldeias administradas, construídas nas proximidades das vilas e cidades, povoadas com índios “descidos” de suas tabas depois de subjugados pelos portugueses, misturando muitas vezes indígenas de diversas tribos. Aí, além de catequizados, os índios aprendiam os trabalhos agrícolas e urbanos de interesse dos colonizadores e também, alguns deles, a ler e a escrever.” (NUNES; 1997; 54)

Estas tribos em sua maioria ficavam localizadas ao longe da cidade do Salvador como era o caso das de São Tomé de Paripe (1552), a de Espírito Santo de Abrantes (1561), a sete léguas da cidade, em Abrantes, com uma população estimada em 4.000 almas; a de São João; a de Santo Antônio, a nove léguas de distancia da cidade; Bom Jesus de Tatuapara, perto da atual

Praia do Forte e São Tiago, em Pirajá. As mais próximas aldeias ficavam no Monte Calvário, atual Carmo, S. Sebastião, hoje, Largo de São Bento, Santiago, entre o Largo da Piedade e São Raimundo, São Pedro, passeio Público, Tamandaré ou São Lourenço e em Itaparica, a aldeia de Santa Cruz (1560). Posteriormente, vieram a se estender os estudos pelo interior da província com a fundação do Primeiro Colégio interno da Bahia, em Belém da Cachoeira, no Recôncavo Baiano, em 1686, uma residência na Vila de Ilhéus, no ano de 1604; e outra em Porto Seguro, datada de 1621. Em 1701, foi fundado, então, nas terras da capital, mas exatamente na Rua do Maciel de Baixo, atual Solar do Ferrão, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, para formação de padres e em 1704, o Noviciado da Encarnação, localizado em São Joaquim.

A educação implementada nas missões Franciscanas como é o caso das terras de Jacobina, cumpria com estudos baseados na doutrina cristã, mas voltados a catequese, a partir da leitura, escrita, canto e toque de instrumentos aos curumins, que serviam de ponte para a integração das suas famílias a cultura Européia. Tanto a metodologia adotada, como as relações interpessoais para aquisição dos conhecimentos próprios a estas aulas, a priori ainda servirão de pauta para novos estudos específicos, por não serem inscritos em minúcias nos arquivos dispostos sobre a missão dos missionários menores. Todavia, se acredita que seguiram aos moldes da tradição religiosa da época, como já foi sinalizado nas exposições anteriores, até porque as finalidades eram as mesmas, a integração dos novos fiéis aos mandos e desmandos dos Portugueses.

Não obstante, paulatinamente a Coroa foi bloqueando as ações dos religiosos, chegando a fechar as portas por completo do ensino sobre as bases dos Jesuítas em 1759.

“O que ocorreu em 1755 foi o início de uma campanha travada entre a Maçonaria e os Jesuítas, aquela representada em Portugal pelo Conde de Oeiras, na França pelo Duque de Choiseuí e na Espanha pelo conde de Aranda. O objetivo da Maçonaria em substituir o ensino religioso pelo laico.” (NUNES; 1997; 55).

Estes ministros se uniram e conseguiram seus intentos, contraria os rumos da história pondo a baixo os muros organizacionais da Santa Sé. A igreja não tinha mais legalmente domínio sobre as mentes do povo, seus docentes os Jesuítas, partiram como chegaram, sem pedir a permissão da sociedade Baiana. E agora, o que viria a ser dessa gente, sem seus exemplos de moral educacional? Todavia, não seja a plena culpa recaída sobre estes ministros suas intenções eram as melhores. Os brasileiros precisavam, assim como os europeus, ser educados por pessoas próprias da sua Comarca, que falassem sobre o que verdadeiramente pudesse ser aproveitado na vivencia diária da comunidade pelo alunado.

Mas ai é que surge outra incógnita, *“Os professores jesuítas se preparavam especialmente para exercer esta função e eram considerados bons mestres.”* (NUNES; 1997; 55), quem eram os docentes na incumbência de apresentar os conhecimentos devidos? Qual seriam o currículo e a metodologia a serem adotados? Sobre qual vertente seriam conduzidos os conhecimentos da província e para que serviriam estes conhecimentos? Em meio a um turbilhão de perguntas surge nada mais nada menos que o novo “Salvador da Pátria” – As aulas régias.

2. AS AULAS RÉGIAS NA BAHIA

A educação baiana no século XVIII se despedia ainda com grandes ressalvas do modelo instituído pelo Clero, para dar margem às exigências da Coroa na figura do Marquês de Pombal. As medidas pombalinas procuraram, em parte, adequar à sociedade as mudanças de uma sociedade eclética para uma sociedade civil, em outras palavras, colocar o homem no centro do conhecimento, produzindo bases legais que aprofundassem o direito civil, da individualidade e da igualdade, a partir de uma educação controlada pelo Estado, secular e padronizadas.

“Dom José I servido obviar a muitos abusos que nos estudos se haviam inovado por todo o tempo que aquêles extintos religiosos os haviam dirigido, extinguindo também aquêles pernicioso método por que se gastava meia vida de um estudante com o simples estudo da gramática latina... que foi servido criar, e para cabal conclusão dos seus paternais projetos foi igualmente servido criar para todo o Reino, e Senhorios as cadeiras de Retórica Línguas, Grega, Hebraica, e Latina, como também as escolas de primeiras letras. ” (VILHENA; 1969; 275)

Em 1759, Pombal conseguiu por em prática seu grande intento de por fim ao reinado dos Jesuítas. A educação brasileira e baiana passa a ocorrer a partir das aulas avulsas, ministrada por professores leigos, muitos destes preparados pelas Universidades de Coimbra ou mesmo oriundos das escolas Jesuíticas, sem qualificação necessária, por vezes eram agraciados com algumas aulas que lhes rendiam o título de professor. E isso não é o mais gritante. Somado a baixa instrução dos docentes ainda existia o quesito salarial.

Os mestres eram pagos com os impostos oriundos da água ardente e dos açougues, dirigidos à Junta da Real Fazenda, incumbidos de receber e repassar das Câmaras o rendimento da coleta aos profissionais da educação (Subsídio Literário). Muitos destes últimos ficavam meses sem receber seu numerário e vinham com isso a exercer outras funções no império, como maneira de suprir as suas necessidades financeiras. Visto, que o Subsídio

Literário era destinado para suprir as carência do ensino e ao mesmo tempo prover qualquer eventualidade que se fizesse mister. Desta maneira, existiam várias aulas que só eram ministradas uma vez por semana. Sem contar o desrespeito pela figura do professor “o que a experiência tem mostrado todos os dias nesta cidade, onde o ser professor, e não ser nada, é tudo o mesmo.” (VILHENA; 1969; 281).

“ As aulas régias eram sinônimo de escolas que por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia”, etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam freqüentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si.” (SAVIANI; 2011;108)

As Aulas Régias, estudo das humanidades, eram compreendidas pelos estudos menores de Primeiras letras, para os conhecimentos próprios de ler, escrever, contar e catecismo, e as aulas secundárias de Filosofia, Retórica, Língua Grega, Gramática Latina, Matemática que, eram ministradas nos antigos colégios dos jesuítas, outras tantas em imóveis alocados ou nas residências de muitos professores. Com estudos sem conexão entre o que se havia estudado, e seu pleno uso, as aulas avulsas, isoladas, reservavam aos interessados em dar prosseguimento aos seus estudos nas escolas maiores, as Universidades Europeias, conhecimentos básicos que levariam a outros unicamente na Europa como a de Coimbra, com os estudos das aulas de Comércio (1756) e do Colégio dos Nobres (1759).

O método a ser abordado nestas aulas cumpria com a orientação de dois idealizadores pedagógicos Verney (Lisboa, 1713 – Roma 1792) e Ribeiro Sanches (Penamacor, 1699 – Paris, 1783). Luiz Antonio Verney se destacava em sua obra Verdadeiro método de estudar, sobre o principio da necessidade do estudo da Gramática da língua a priori, e a partir desta os outros conhecimentos, que seriam assimilados paulatinamente.

Já Antonio Nunes Ribeiro Sanches se respaldava na teoria política e econômica, afirmando que os conhecimentos obtidos nas escolas não eram para todos indistintamente. Haja vista que o enfado dos livros ocasionaria uma

perda significativa no tempo de trabalho e possibilitaria a revelia a condição de pessoa apta ao serviço fabril ou camponês. As orientações recebidas por estas pessoas se restringiriam as doutrinas eclesiais próprias dos catecismos. E aos demais, mesmo assim, nem todos, apenas os que se fizessem oportunizar pelo conhecimento, e que conseguissem atingir os píncaros dos saberes, viriam a receber, por fim, uma ciência dispensada a partir de um método breve, claro e de fácil compreensão através de repetições.

Em 1772, foi objetivado o pedido, sobre anexo de lei de 1759, da criação de quatro aulas de primeiras letras, três de latim, uma de grego, uma de retórica e uma de filosofia na Bahia. Realmente, estas cadeiras não supririam as necessidades da província, mas também, para o Marquês o que importava não era a quantidade, mas sim a qualidade do ensino ministrado. Logo, foram instituídos concursos para professores. Estes, portanto, teriam que lecionar e enviar no final do curso ministrado relatórios anuais a Coroa sobre o rendimento dos alunos e o currículo ensinado. Foi também instituído a inspeção de quatro em quatro meses das escolas da localidade por membros da Real Mesa Censória. Poucas escolas foram criadas e apenas no governo de D. Maria I (1777 à 1816), mesmo com o abandono de muitos projetos, o ensino começou a se expandir pela província da Bahia.

Entre os anos de 1795 à 1797, conforme os registros de VILHENA; 1969; 288, já no governo de D. João (1792 – 1821), existiam a partir de solicitações das próprias Vilas, 25 escolas de Primeiras Letras, sendo 06 em Salvador e 19 nas localidades de: Jacobina, Cachoeira, Porto Seguro, Santo Amaro da Purificação, Jaguaripe, Camamú, Maragogipe, Ilhéus, Caravelas, Vila Nova Real Del Rei, Muritiba, Nazaré, N. Sra. do Monte, Ilha de Itaparica, Arraial do Rio Vermelho, Itapagipe, Santa Luzia do Rio Real, Sergipe Del Rei e Vitória (Espírito Santo). Como também, foram instituídas as aulas de Gramática Latina, correspondendo ao atual, Ensino Fundamental II, 22 cadeiras, 04 destas na capital e 18 nas seguintes freguesias: Cachoeira, Santo Amaro da Purificação, Ilha de Itaparica, Itapagipe, São Francisco, Maragogipe, S. João da Água Fria, Camamú, Caravelas, Vila Nova Real Del Rei, Rio de S. Francisco, atual Caetité, Ilhéus, Porto Segundo, Rio das Contas, Jacobina, Jaguaripe,

Santa Luzia do Rio Real, Vila de Sergipe Del Rei e Vitória. E as aulas maiores de Retórica, Filosofia Racional, Língua Grega, equivalente ao Ensino Médio, apenas na capital.

É pertinente considerar que a maior parte destas aulas funcionava normalmente, com registros dos nomes dos professores e seus ordenados, como pode ser exemplificado, nos estudos de VILHENA; 1969; 289, sob quando faz referencia as aulas de Gramática Latina e Primeiras Letras existentes na Vila de Jacobina, o já referido autor menciona como distrito a Comarca de Sergipe Del Rei, e não a parte do Sul da Bahia, como seria devido ao nome do professor José Bento Dantas Coelho e Francisco José Lopes de Araújo Veras, as cadeiras de Gramática Latina e Primeiras Letras respectivamente.

Estes estudos se iniciaram no lugarejo de Jacobina, a priori sob a alegação que a comunidade em questão necessitava destes conhecimentos e se sentia desejosa de obtê-los. As autoridades locais percebendo que outras Vilas estavam se articulando com base na educação disposta pela Colônia – As aulas régias solicitaram os estudos próprios ao ensino elementar em Jacobina, dispondo com louvor destes estudos, como já foi salientado.

Os proventos anuais do primeiro mestre eram de 400\$000, com um déficit pelo estado a este docente de 1:200\$000, num prazo de 36 meses lecionados e ao segundo cabia um ordenado 150\$000, com carência pela administração pública de 488\$000, para 39 meses de ensino. Este exemplo evidencia as diferenças salariais de ambos os profissionais a partir do nível de instrução em que lecionavam independente dos rendimentos ou da quantidade de alunos e o descaso do governo com os proventos dos professores considerando os valores em dívidas do estado num decurso de três anos, por destinarem o subsídio literário a outros setores distantes dos referentes à educação.

Todavia, este fator não permitiu a inexistência de profissionais nesta comarca. Estudos realizados no Arquivo Público da Bahia – APEBa comprovam a existência da nomeação de outro profissional em educação, João Longuinho de Souza, para a cadeira de Gramática Latina, em 24 de junho de 1834, apenas

sobre o motivo de falecimento do mestre anterior. Consta também nos registros o número de quatro alunos deste último mestre e os rendimentos dos discentes, no ano letivo de 1836, como era solicitado pela Corte na época em questão.

Nomes	Aprovementsos
Salustiano Teixeira Soares	Traduzindo Eutropio com desembaraço
Manoel Teixeira Soares	Idem com alguns aprovementsos.
João de Souza e Silva	Principios a traduzir Eutropio
Lúcio Salcaí Novaes Barroso	Dando linguagens

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - APEBa. Seção de Arquivo Colonial e Provincial (1828 - 1839). Presidência da Província Juizes de Jacobina (1837). Maço 2430, caixa 793;

As Aulas Régias ainda perduraram durante a primeira metade do século XIX. Em 1816, o subsídio literário foi extinto, em virtude da nomeação de um Diretor Geral dos Estudos – Visconde de Cairu, “... amigo íntimo de D. João VI, cidadão zeloso do bem público e da prosperidade da pátria” (CHIZZOTTI; 2000; 57). Neste mesmo período, há o começo de uma centralização do serviço público referente à área educacional como poderá ser vislumbrado a posterior.

3. O QUE MUDOU NO SÉCULO XIX?

A Bahia, no século XIX, ainda se lastimava com o desatino, da Coroa em ter desarticulado o governo da capital da Colônia para a região sudeste do país. A economia baiana não era a das melhores, e o povo descontente só pode se refugiar nas revoltas e nos livros. É certo que as Aulas Régias não deixaram de existir, como também o entusiasmo Britânico, que não perdeu tempo, porque em meio ao burburinho da Independência, conseguiu nos primeiros anos de Império 1823, influenciar diretamente até mesmo na educação da província com o ensino mútuo e outras tantas medidas.

O período histórico em voga suscitava a introdução de um método que permitisse o ingresso de maior contingente de alunos nas escolas, visando a integração de pessoas inteiradas às inovações no ideário revolucionário próprios da burguesia que surgia. Mas esta educação não poderia onerar os cofres públicos, visto que a Constituição de 1824 determinava a educação gratuita para os cidadãos indistintamente. Logo, coube ao estado se eximir da tarefa e permitir aos governantes das comarcas a administração, fiscalização e manutenção das escolas, fazendo uso do Ensino Mútuo – Joseph Lancaster (1778 – 1838).

“O sistema de ensino mútuo, devido ao célebre Joseph Lancaster, tinha sido trazido da Índia para a Inglaterra pelo Dr. André Bell. Este método era conhecido na Europa desde o século XVI e recomendado por Erasmo, a aplicação dele foi feita com grande sucesso em São Paulo pela Srª Maintenon. No século XVIII..., a partir de 1814, o ensino mútuo se estendeu rapidamente na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos.” (CHIZZOTTI; 2000; 57)

A Inglaterra vivia as transformações próprias do período Industrial. A sociedade necessitava de qualificação para se integrar a revolução que despontava. Não obstante, os professores aptos ao ensino eram poucos e os custos para a construção e manutenção das instituições educacionais eram elevados. Nesta época, já se acreditava em *“uma instrução para todo o povo, aos cuidados do estado e*

inspirada num laicismo absoluto: uma instrução, enfim, “única, gratuita e neutra”. (MANACORDA; 2000; 250).

Aí é que se expande o método mútuo “...destinado a diminuir as despesas da instrução, a abreviar o trabalho do mestre e a acelerar os progressos do aluno.” (MANACORDA; 2000; 257). Todavia, este método não viria a ser a melhor forma de a sociedade ascender de modo a modificar o status quo, de maneira alguma, o que se desejava a partir dele era contemplar o povo com uma instrução básica a custos baixos. E assim, se sucedeu.

Durante anos a fio, foram lecionados os conhecimentos próprios do ler e escrever a partir da sequência de silabar e soletrar, como também aritmética aos alunos destas classes, em tempo de um terço ou quase metade do tempo em que os alunos de escolas tradicionais aprendiam os mesmos conhecimentos. Os ambientes de ensino eram sobremodo espaçosos ao ponto de comportarem sem maiores limitações cem alunos. E os discentes eram dispostos em grupos de acordo com o nível de aprendizado, no máximo vinte alunos para cada monitor.

“ Em um único local bem grande, em cujo modelo ideal constam três grandes naves divididas por colunas ao longo das quais estão dispostos em quadrado os bancos das várias classes, os alunos, sentados um ao lado do outro de acordo com o mérito e o aproveitamento, são confiados aos monitores.” (MANACORDA; 2000; 259).

Os livros foram abolidos nestas escolas. As lições práticas eximiam qualquer grau de complexidade. O material utilizado por estes alunos se restringia a uma tabuinha com areia, para escrever com o dedo e uma pequena lousa. Quanto à leitura, os discentes eram postos em um semicírculo em frente a grandes quadros pendurados nas paredes. Em momento algum a disciplina era abolida sobre grau de espírito militar, sem castigos físicos. Muitas outras localidades aderiram a este método, sendo encontrado tais práticas a posterior, como será visto, até mesmo em solo Sul Americano nas terras de Jacobina.

Ao voltar às salas baianas, pode-se vislumbrar um quadro totalmente diferente. É certo que, o método aplicado nestas turmas, não era nada inovador, a figura

clerical ainda assombrava as mentes de todos. Mas não só isso era preocupante, diante de tudo o que já foi explanado, ainda falta ouvir os gemidos dos alunos. Se antes destas aulas existia o pleno desejo das famílias em introduzirem no recôndito dos saberes a presença constante de seus filhos, agora então, soava quase como um despropósito permitir que o nome destes jovens fosse inscrito em qualquer que fosse a aula. Todas as vezes que soava rumores de guerra ou a segurança da província se sentia comprometida, eram escalados soldados nas salas de aula, restando apenas aos professores, poucos alunos menores de quatorze anos e as lágrimas dos que ficaram.

Quando a Família Real deixou para trás as terras Brasileiras, a sociedade acreditava que todos os problemas estavam resolvidos. Ledo engano, foi aí que iniciaram outros. A Bahia ainda lutava por sua libertação genuína e a Assembleia Constituinte aprovava inúmeras leis. Entre elas a Constituição Brasileira (1824). Não obstante, antes mesmo da primeira carta régia, já existiam muitas medidas para a educação. Em 20 de outubro de 1823, “...todo cidadão poderia abrir uma escola elementar, sem obrigação de exame, nem licença ou autorização.” (CHIZZOTTI; 2000; 57). E também, em caráter quase que de urgência no mesmo ano em 1º de março, o governo criara a primeira escola brasileira voltada ao ensino mútuo.

“Uma ordem ministerial de 29 de abril seguinte exigiu de cada província do império o envio de um soldado que seguiria as lições desta escola a fim de aprender aí o método para, em seguida, propagá-lo na província de origem.” (CHIZZOTTI; 2000; 57)

Mesmo com boas intenções, os professores agora eram soldados e o Ministério de Guerra era então o responsável pela educação. Haja vista, que educar os discentes é realmente uma operação de guerra, e urgem de presteza, determinação e coragem para comandar tal missão. Mas não deveriam ter chegado a tanto, eram crianças, educadas por milícias, talvez até armados, que se dispuseram a deixar as fronteiras do país descobertas para cumprirem com a missão de educar. Em todo o caso, o que não acontecia realmente na administração do Império era uma secretaria específica para se inteiras das situações educacionais e como Portugal em 1821, tinha se

incumbido de aprovar uma lei semelhante, não custava nada ao Brasil seguir os passos da terra mãe.

Para a realização de tal medida, faziam-se necessários recursos, material físico e concreto, e ambiente adequado. Todavia o governo preferiu colocar estas responsabilidades na mão de terceiros e os resultados foram ínfimos. Para se ter uma idéia da efetiva preocupação do Império junto ao ensino, nem um edifício sequer foi erguido para abrigar tais escolas. Some-se a isto, que mesmo com a liberação para qualquer cidadão, sem exames prévios, abrir uma escola, ainda cumpria a necessidade de não existirem pessoas que assim o fizessem. E num lapso de lucidez souo aos ouvidos dos progenitores inaceitável atitude vislumbrar a orientação educacional de seus filhos, oferecida por outros iguais aos discentes, libertinos, que pudessem excitar a formação de jovens irreverentes, cidadãos ambiciosos e perturbadores dos princípios morais da sociedade em que estava integrado os monitores.

Só que a Constituição de 25 de março de 1824 (art. 179, parágrafos 32 e 33 do título 8) “...*instituiu que o ensino primário fosse gratuito, ficando o governo central incumbido da direção suprema do ensino público.*” (VIANNA; 1923; 229). Com isso, a lei da Assembléia Constituinte, de 1823, isentando o estado da sua obrigação sobre a instrução pública perdia a sua validade, e os governos central, provincial e municipal tinham a gerencia do ensino primário, secundário e superior em suas mãos.

Não obstante, o governador da Província da Bahia, Francisco de Sousa, tendo conhecimento da necessidade de cumprir com as deliberações de ordem nacional sobre a educação e também tendo ciência dos rumos que se tomaram o ensino do país, veio, em 14 de abril de 1836, promulgar a lei que colocaria em vigor, em minúcias a maneira pela qual seria procedido o ensino das terras baianas.

Os professores e monitores seriam escolhidos em concurso público, quando viria a ser exigido dos mesmos, conhecimento de Francês, para que assim pudessem cursar num prazo de seis meses, na Escola Normal de Paris, as aulas de Frances, Latim, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria.

Caso se mostrasse habilitados ao magistério, com uma excelente freqüência, seriam admitidos e lecionariam o Ensino Primário, em qualquer que fosse a província. O profissional deveria ter idade mínima de 20 anos, estando isentos de qualquer irregularidade e aptos para restituir qualquer custo dispensado pela Fazenda Pública sobre os seus proventos.

A metodologia a ser adotada para estas classes primárias era flexível. Nas localidades onde existia um público de 100 alunos, o ensino ministrado seria o Mútuo, já sinalizado. Mas se de tudo a afluência fosse baixa o método a ser adotado seria o Simultâneo. Os conteúdos a serem aplicados nestas aulas seriam os ensinamentos próprios...

“A ler, escrever, as quatro operações de Aritmética pratica, de quebrados, decimais, e proporções elementos de Gramática Portuguesa, princípios de desenho linear, e doutrina cristã.” (Art. 19)

O método simultâneo é originado por um regulamento de orientação educacional sob base católica, empreendido pelo abade João Felbiger (1724 – 1788) que introduzia a prática da inspeção escolar, divisão de turmas segundo as aptidões e conhecimentos semelhantes dos alunos, e o ensino coletivo ou simultâneo, as crianças receberiam todas de uma só vez as orientações ao invés das ministrações sucessivas, e da mesma sorte, quando lessem ou realizassem qualquer outra atividade fariam em conjunto. Felbiger também recomendou o uso do método literal, os princípios mais importantes deveriam ser retirados da memória com o uso da letra inicial. Como também utilizou tabelas e gráficos para ordenar o material estudado, e o método de perguntas e respostas para verificação.

Insurge, no âmbito destas medidas um viés de esperança que talvez pudesse vir articular novo rumo para o sistema insurgente da educação Baiana. O mais provável é que este sistema, não virá a estacionar no tempo como fizeram os Jesuítas, todavia concorrendo aos insucessos das práticas educacionais dos últimos tempos Imperiais com certeza algo, seja lá como for bom ou ruim, irá acontecer inclusive em terras da Jacobina, como será evidenciado no próximo capítulo.

A SITUAÇÃO EDUCACIONAL EM JACOBINA

“A maior parte da nossa memória está fora de nós, numa viração de chuva, num cheiro de quarto fechado ou no cheiro de uma primeira labareda, em toda parte onde encontramos de nós mesmos o que a nossa inteligência desdenhara, por não lhe achar utilidade, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossas lágrimas parecem estancadas, ainda sabe fazer-nos chorar. Fora de nós? Em nós, pra melhor dizer, mas oculta a nossos próprios olhares, num esquecimento mais ou menos prolongado.” (Proust, Marcel)

01. O ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS EM JACOBINA

A educação em Jacobina nos séculos XVII e XVIII teve um caráter essencialmente Missionário, sobre a jurisdição dos Franciscanos, sem grandes observações a serem dispostas, em virtude das suas missões serem de caráter exploratório e de catequização. Com a criação e expansão das aulas avulsas, na província, uma das localidades contempladas com estes estudos foi à vila Jacobinense. No término do século XVIII, existia uma cadeira de Primeiras Letras na localidade. Mas foi no século XIX, que a educação em Jacobina teve comprovadamente a sua organização definida, expandido e legitimado sobre as propostas elementares que respaldavam a educação da época.

A educação do século XIX começa a demonstrar os sinais próprios das preocupações com as características institucionais, tanto nos aspectos voltados a organização do público escolar, quanto na parte física e nos aspectos metodológicos escolares. As sociedades sinalizavam esta carência quanto à estruturação da unidade de ensino, paulatinamente, nas reflexões sobre qual seria a verdadeira carência e a sua serventia para a vida em comunidades. Rousseau excitou os pensadores com relação às questões sobre os principais aspectos que norteavam a figura do aluno, quem deveria está no centro do aprendizado. Todavia, Pestalozzi procurou estudar a partir da

essência deixada pelas pesquisas de Rousseau a melhor maneira de se trabalhar os conteúdos com as crianças, ainda no termino de século XVIII. E logo, no transcorrer do século XIX veio à tona algumas respostas que motivaram a sociedade baiana a desenvolver um olhar mais criterioso sobre escola.

Como vimos no segundo capítulo, a educação Baiana foi motivada a se organizar a partir da lei de 1836. A priori, antes mesmo desta lei, foram realizadas modificações quanto a metodologia de ensino – Ensino Mútuo, criação de outras cadeiras para os estudos menores em Primeiras Letras e Gramática Latina nas comarcas e as aulas maiores na capital de Retórica, Filosofia Racional, Língua Grega, Geometria, Comércio, Agricultura, Matemática pura, Matemática e Curso de Artilharia, Arquitetura Naval, Escultura Naval, Química, como também as faculdades de Cirurgia e Ciências Eclesiásticas, ampliando assim as cadeiras existentes. Estas modificações definiram as alterações estruturais que a sociedade vivenciava na ampliação do direito de ingresso do público escolar nas unidades de ensino. Mas só foram concretizadas a partir das políticas públicas, já sinalizadas em 1836. Por meio destas últimas, os concursos públicos para o provimento de vagas residuais para professores das escolas passaram a ser uma constante, com uma preparação exaustiva de seis meses de estudos articulados no Liceu Provincial da Capital, fundada em 1836 . Contudo,

“A imobilidade pedagógica ostenta-se tristemente no primeiro quartel do século XIX. A Diretoria dos Estudos, concentrando em si toda a iniciativa, desde 1790 até 1820, só consegue criar 21 escolas de Primeiras Letras.” (MONIZ;1923; 51)

Destas cadeiras a de Primeiras Letras no Vilarajo de Jacobina é a de maior destaque na compilação desta obra, pela importância do seu trabalho para o início o ensino elementar no entorno da comunidade, começando a ser sinalizada no final do século XVIII e início do século XIX, como até aqui já foi disposto.

A reminiscência explícita sobre a educação Jacobinense nos remetem a 1796. Nesta época, a comarca da Bahia da parte do Sul, Vila de Jacobina, possuía

como provável professor Francisco José Lopes de Araújo Veras, conforme consta na obra de VILHENA; 1969; 288, lecionando os estudos de Primeiras Letras, como já foi salientado no segundo capítulo. Este profissional recebeu pelos seus trabalhos prestados a comunidade o equivalente por ano de 150\$00, sendo ainda devido a este a soma de 488\$00, correspondente aos 39 meses lecionados. Tal dívida era justificada pelos relatórios enviados pela Câmara do município sobre o subsídio literário arrecadado no período de 1795 a 1797 e questionado pela seguinte informação:

“Quisera eu igualmente dar-te notícias do rendimento da coleta ou Subsídio Literário em cada um ano para o poderes combinar com a despesa, eu porém, apesar de boas diligências não pude conseguir mais que um esboço de contas tão informe, e confuso... Isto porém é o que as Câmaras cobraram, e remeteram, não porém o que rende o Subsídio, pois que só o rendimento dos açougues da cidade dá quase o preciso para o pagamento dos professores que nela há sem falar no rendimento da aguardente”. (VILHENA;1969; 286)

Tal informação endossa o que sempre se acreditou sobre os baixos proventos destinados a educação, desde os primórdios. Justificando também, o pouco interesse em qualificar mais profissionais para o ingresso deste neste seguimento educacional, e o pouco interesse decorrente da baixa procura da população para tal obra, agravado pela distancia entre a Comarca de Jacobina e os Centros Urbanos. Daí resta apenas a um mestre a função de prestar serviços a toda à localidade, durante anos a fio, logo que consta nos registros do texto de VILHENA; 1969; 289, a possibilidade das aulas de Primeiras Letras virem a ser as primeiras na comarca, antes mesmo das de Gramática Latina. Como também, cabe salientar que tanto nos registros que se seguiram no inicio do primeiro semestre do século XIX, como nos livros de posse, e nos arquivos coloniais e provinciais da Comarca em estudo não constam outros anais que possam respaldar a admissão de outro profissional na Cadeira de Primeiras Letras no Vilarejo de Jacobina.

02. A METODOLOGIA APLICADA NO ENSINO BÁSICO EM JACOBINA

O Ensino Elementar no Vilarajo da Jacobina preconizava as aulas sob a vertente do Ensino Mútuo, podendo haver variações de método de acordo com a quantidade de alunos de cada aula, introduzidos a partir dos moldes orientados desde as primeiras aulas já sinalizadas no término do século XVIII até o XIX.

Neste período não constam registros de qual foi a orientação recebida pelo professor da época no intuito de qualificá-lo para tanto. Doravante se acredita que seu ensino foi respaldado pelas orientações dadas sobre o mando das autoridades Ultramarinas. Até porque o Liceu Provincial (1836) e a Escola Normal (1842), encarregado de prestar os serviços decorrentes ao magistério. Ainda não existiam tais aulas preparatórias na Capital Baiana, na ocasião de 1795, quando foi registrado os primeiros indícios do ensino básico nas terras de Jacobina. Antes disso, as orientações para o ensino nas Comarcas eram ministradas em Lisboa, ou pelos conhecimentos deixados pelos missionários que ali passavam, denotando pouca qualificação da mão de obra dos profissionais da área em questão.

Como só existia um professor para lecionar tais estudos de Primeiras Letras na Freguesia de Jacobina, os alunos que se destacavam nos aprendizados dos conhecimentos passados pelo docente cumpriam com a responsabilidade de em grupos menores, de até vinte alunos, ensinarem as outras crianças os conhecimentos próprios de ler, escrever e contar. O mestre passava todo tempo observando os rendimentos dos alunos e monitores realizando algumas intervenções no término da aula junto aos monitores ou aos alunos com pouco rendimento. A sala era dividida segundo o nível de aprendizado dos alunos, sendo notória a mudança de agrupamento a partir do desempenho do infante, até o discente vir a ser considerado como monitor de algum grupo, fazendo assim cumprir os moldes do ensino mútuo.

O Ensino de Primeiras Letras, no século XIX, nas terras de Jacobina, competia a função essencial de ensinar a ler e escrever, sob poucos recursos. As aulas

eram desprovidas de livros didáticos. O pouco material que se tinha entre penas, tinteiros e papéis, se somava aos quadros de giz com fundo negro. Os alunos memorizavam o alfabeto, sílabas e palavras, construindo tal qual pode se evidenciar outrora nas cartinhas de ABC, os pequenos verbetes a serem lidos. A prática da escrita cursiva recorda às letras próprias a caligrafia, repetidas em constante, até se chegar ao molde perfeito, solicitado nas avaliações de rendimento escolar dos alunos.

Interessante notar que para o ensino de aritmética existia um livro guia, que servia de referencial ao mestre dos conteúdos a serem dispostos em sala de aula, mas que não fugia a lógica do ensino das quatro operações de cálculo matemático, com números decimais e fracionários, e geometria básica. Este material possuía textos com linguagem não muito simplificada, alguns exemplos e poucas atividades a serem ministradas aos alunos.

No currículo da época também existia o ensino de práticas da moral e dos bons costumes a serem vivenciados em sociedade. Mesmo não existindo registros das atividades sinalizadas em sala de aula sobre tais princípios, cumpre salientar que tais conhecimentos, por certo, ainda tinham grande base religiosa, visto que as aulas eram ministradas nas paróquias, missões, onde eram providas as aulas de Primeiras Letras e conforme a lei sancionada em 1827 deveria ser lecionado os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica romana nestas escolas.

Ao sinalizar sobre o público que participava de tais aulas, vale salientar que mesmo o ensino sendo para todos indistintamente, os filhos da elite agrária e da aristocracia, própria do comércio local, eram em sua maioria os alunos destes estudos. As aulas eram ministradas em turno diurno. Logo, não se fazia possível a classe trabalhadora frequentar tais lições, até porque não existia quem suprisse as necessidades próprias do vilarejo no quesito do trabalho enquanto decorriam as aulas, e também...

“...quanto mais saiba do mundo e das coisas alheias a seu trabalho ou emprego um pastor, um lavrador ou qualquer outro camponês, mais difícil lhe será suportar as fadigas e penalidades de seu ofício com alegria e satisfação” (MANDEVILLE, 1982, 190)

Contudo, tem-se em arquivos registros que no período compreendido entre 1823 a 1839, as matrículas na instituição de Primeiras Letras no Ensino Público chegava ao marco total de 452 inscrições nesta Freguesia, tendo para isso o agravante das incursões devidas as constantes evasões dos alunos, e a baixa frequência dos mesmos.

Cumprem informar, também, que este número total de matrículas está acrescido as de 213 alunas, discorrendo, portanto, a possibilidade de existir aulas próprias nesta comarca para meninas, com possibilidade de haver uma professora para ministrar os conhecimentos relevantes a elas, que seriam os de boas maneiras e os de atributos domésticos. Todavia, estas aulas não poderiam ser dadas em conjunto com os meninos e também seria oportuna a presença de alguém que fiscalizasse mais de perto o proceder do docente, já que *“a fiscalização ficaria a cargo dos presidentes das câmaras em conselho”* (SUCUPIRA; 2001; 59), e a inspeção, que os governantes deveriam prestar, se tornara, sobretudo inoperante, dado não existir qualificação profissional, falta de numerário condizente aos serviços prestados, deficiência no método de ensino aplicado e a carência de estruturas próprias para funcionamento das instituições de ensino.

Logo, muitas das aulas para meninas eram dadas no recôndito dos lares, sobre a vigilância dos progenitores, por profissionais que recebiam gratificações dos contratantes pelos serviços. Não cumpro salientar que estas aulas para meninas nas casas das alunas viriam a ser as de Escolas Particulares. Porque o mesmo documento registra na coluna referente a escolas particulares um quadro constando a matrícula de três alunos no curso de Primeiras Letras para estudos particulares na presente Comarca, no mesmo período até aqui mencionado. Mostrando, assim, portanto, que mesmo com o auxílio do dispositivo legal de 1823 para a instituição primária permitindo a *“todo cidadão abrir escola elementar, sem os trâmites legais de autorização prévia e sem licença e exame do requerente”* (CHIZZOTTI; 2001;43 - 44), ainda assim, era difícil ter profissionais que assumissem tal responsabilidade e ao mesmo tempo dispensassem credibilidade perante a sociedade para exercer seus préstimos profissionais na área do magistério.

Quanto às questões disciplinares,

“... presume que entre nós atualmente haverá pouca gente capaz de ensinar sem palmatória... Então, para que vamos excluir a palmatória?” “A Câmara, em geral, foi contra a palmatória. O que não impediu que, na prática escolar, a palmatória reinasse até este século. Na lei, ficou estabelecido que “os castigos serão os praticados pelo método Lancaster”. (SUCUPIRA; 2001; 58)

Os métodos adotados neste quesito eram, muitas vezes, cumpridos a partir das palmatórias, que ficavam a mostra num determinado canto da sala. Mesmo com a postura dispensada pelo método mútuo, e validada pela Câmara em 1827, tendo prevalência, denotado pelas vigilâncias severas e obrigações contínuas, em virtude da disciplina adotada, ainda assim os recursos de castigos, punições corporais eram tanto os preferidos pelos educadores da região, como também, eram liberados pelos pais dos alunos que insistiam no uso de instrumentos de coesão em caso de existir qualquer tipo de incoerência.

03. A REPERCURSÃO DO ENSINO BÁSICO NA SOCIEDADE JACOBINENSE

Mesmo com a existência de um professor para a educação primária, –um público considerável de alunos na Ensino Elementar os resultados não eram os mais favoráveis, ao governo da província que via no ensino mútuo muitas falhas, estas resoluções, portanto se encontravam dispostas no relatório de 1833 do Ministério do Império fazendo o seguinte registro sobre o método do ensino mútuo:

“... este método não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros países; por esta razão o governo está disposto a não multiplicar as escolas onde se ensine por este método, enquanto as existentes se não aperfeiçoarem”. (SUCUPIRA; 2001; 61)

Mas, por que tanto descontentamento em resposta ao método sinalizado, não era realmente o que se queria? Poucos recursos e grandes resultados em um curto espaço de tempo? Só que a qualidade do ensino não favorecia aos provimentos necessários a sociedade. Estudava-se sem perspectiva alguma de se utilizar os conhecimentos dispensados nas atribuições próprias as necessidades do Vilarejo de Jacobina. E como os salários eram pífios, não existiam professores suficientes para suprirem as carências dos alunos, nem qualificação imprescindível a novas práticas em educação.

O docente começava a lecionar com os poucos conhecimentos que dispunha, e continua pelo decurso de seu trabalho sem nenhuma qualificação. Como também não existia possibilidade do docente migrar para outra área que lhe rendesse proventos. Os cursos que lhes rendessem os conhecimentos e reconhecimentos necessários para assumir os cargos administrativos encontravam-se na capital distante da freguesia, que viriam a ser os próprios da área de medicina, comercio, agricultura, etc. já sinalizados, imprescindíveis as reais exigências da província ou que auxiliasse no aprendizado de outras pessoas com a finalidade de assumir posição doutas na sociedade em questão.

Logo, aos que desejassem cumprir com estes cursos e exercer uma função de renome na sociedade em questão, principalmente os filhos da burguesia local restavam as aulas na capital da província ou além mar, corroborando a um círculo eminente de favorecimento do “status quo” na localidade. Apenas os mais abastados se propunham a isto, a migração para os grandes centros urbanos em busca de conhecimentos, e voltavam para a localidade assim que seus estudos se encerravam, com o intuito de não só prestar serviço a comunidade, mas também, obterem o retorno devido financeiro como resposta aos seus esforços nos estudos. Muitos governantes desta Província foram bastante aclamados para o ingresso no poder administrativo de Jacobina, porque fizeram uso dos seus ofícios a população local, fortalecendo o clã familiar e suas riquezas particulares, enquanto muitos padeciam na mais completa miséria.

Mas o que se previa para a educação das Comarcas não fugia a regra, neste quesito ao que acontecia nas terras de Jacobina. A princípio os conhecimentos deveriam ser destinados a todos, segundo os ideais Iluministas, com poucos custos já que o sistema anterior era dispendioso, e generalizar a instrução as classes inferiores da sociedade, logo...

“...se a cultura do espírito aumenta a felicidade dos homens, não pode deixar de ser grande serviço a humanidade inventar meios pelos quais essa cultura se generalize” (FARIA FILHO; 2001; 172)

Todavia não se pode deixar a parte o lugar em que as classes inferiores assumiriam na sociedade, até porque nem todos nasceram para ser médicos, matemáticos, jurisconsultos, etc. E a sociedade também carecia das formas tradicionais de submissão da maioria ao jugo e a exploração da burguesia imperial.

“O problema, pois, que há para resolver: Como se poderá generalizar uma boa educação elementar sem grandes despesas do Governo, e sem que se tire às classes trabalhadoras o tempo, que é necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas respectivas ocupações?” “A mais leve observação, comparando o estado de educação de duas nações quaisquer, mostra evidentemente estas verdades. Assim a vara de um meirinho em Inglaterra obtém mais

obediência entre o povo, do que o alfanje de um Janisaro pode alcançar em Constantinopla.” (FARIA FILHO; 2001; 174)

Quanto ao ordenado destinado aos professores deste Vilarajo, desde a resolução de 1817, já se previa que os proventos destinados a educação seriam tão somente levantados pelas localidades, onde eram ministradas as aulas. Como também todo cuidado necessário para a manutenção e funcionamento da instituição de ensino. Logo,

“Nesse regime político, cabe aos Estados a responsabilidade pela educação, em geral, e se atribui à comunidade local poderes para organizar e gerir suas escolas primárias e secundárias, levantando taxas específicas destinadas à manutenção dos estabelecimentos escolares”. (SUCUPIRA; 2001; 61)

Tal medida foi à posterior respaldada por outra que veio ainda mais a agravar a situação educacional da comunidade disposta no ato adicional de 1834, trazendo a tona ainda mais legítima o descaso em que a educação de Jacobina se encontrava, sinalizada por vários ministros, dispostas no texto de SUCUPIRA, 2001; 63, O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da Educação, que não viam no Estado soluções plausíveis que pudessem remediar a condição da Vila de Jacobina e outras tantas que enfrentavam situação similar, chegando a propor a intervenção do governo da federação, afim de criar meios de solucionar as ocorrências.

“...Para certos fins, aceitaríamos também o concurso do próprio governo geral, ao menos em favor das menores províncias e durante o período dos primeiros ensaios.” ”. (SUCUPIRA; 2001; 63)

“... A instrução elementar tem sido dirigida nas províncias por suas exclusivas autoridades, sem nenhuma ingerência das autoridades centrais, Esta abstenção absoluta é um grande mal; nem se deduz do dispositivo do referido Ato Adicional... é inadmissível a idéia de ser semelhante matéria completamente abandonada pelo Estado à ação e os cuidados das autoridades locais”. (SUCUPIRA; 2001; 63)

Logo, se percebe com estes estudos que a Cadeira de Primeiras Letras do lugarejo possuía as características afins a uma unidade de ensino desprovida de qualquer acompanhamento político da Capital. Todavia, prosseguia com seus atributos próprios de uma escola do interior baiano, promovendo ensino elementar às crianças da localidade em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Jacobinense em sua constituição histórica permitiu um olhar significativo sobre a origem e dimensões que ela se desvencilhou ao longo dos tempos para a construção e significação das instituições educacionais na cidade. Considerando o papel inicial dos saberes para a Jacobina no período da colonização e como paulatinamente conseguiu abranger, dar e se fazer sentir pela sociedade local a partir das suas práticas pedagógicas cumprindo com os objetivos afins da presente pesquisa de fomentar tão somente o desejo de conhecer e resgatar a memória educacional da cidade de Jacobina a partir de pareceres historiográficos.

Os estudos realizados sobre a origem do ensino elementar na localidade em questão comportaram, antes de tudo, mostrar em exemplos plausíveis, que a educação realmente está inserida nas sociedades sobre aspectos próprios ao seu contexto, haja vista, que a priori, a educação nesta região não era vista com apreço pelos latifundiários, apenas os religiosos menores se incumbiam destas práticas para catequese e como maneira de resignação das tribos indígenas. Com o transcorrer do tempo, as pessoas do vilarejo, se sentiram desejosas de compartilhar os saberes solicitando, logo para o primeiro grupo de aulas avulsas, seus professores, tanto para o ensino primário, quanto para o estudo da língua, com a apropriação da gramática latina. A partir de então, mesmo de maneira rudimentar os conhecimentos próprios ao estudo de primeiras letras (ler, escrever e contar) e de gramática latina, introduzidos a vivência das pessoas desta comunidade se fizeram contínuo.

É notório salientar que a figura feminina ainda se encontrava a parte nas questões educacionais no início do século XIX, quanto a docência, outrossim, há um verdadeiro espanto em constatar a comunidade feminina desta localidade despontava em matrículas nos cursos oferecidos em primeiras letras, demonstrando que a posterior, iriam contribuir, ou melhor dizendo exercer funções na sociedade local. Enquanto isso os docentes, ainda preponderantemente de gênero masculino exerciam as funções da docência no

recôndito dos lares, ou em ambientes não muito consideráveis para o exercício da profissão.

O método utilizado para as aulas da educação básica eram mais voltados para o ensino mútuo. Todavia, há possibilidade de terem sido ministradas aulas segundo outra vertente de ensino individual ou simultâneo como a dos religiosos de outrora e os professores régios, visto que muitas classes funcionavam nas residências para pequenos grupos, logo não se dava o caso da recorrência de monitores. O professor poderia lecionar os conhecimentos individualmente ou simultaneamente, como foi recomendado pela lei de 1836, sobre a educação na província da Bahia, caso o número de discentes fosse baixo. Todavia, pela quantidade imprecisa de alunos, as turmas ainda eram multisseriadas e provavelmente com uma distorção de idade considerável, até porque naquela época ainda não se considerava tais conceitos, em virtude da pouca fundamentação teórica sobre tais estudos.

Outro ponto a ser destacado são as avaliações dos discentes. Tem-se o conhecimento de que a partir da criação do Diretor Geral dos Estudos no final do século XVIII, os professores teriam que prestar relatórios anuais sobre o desempenho de seus pupilos, chegando até mesmo a perder os seus proventos caso não o fizesse. Mas pouco foi disposto sobre esta orientação, chegando a ser catalogado apenas um documento que comprovasse a avaliação dos estudos de gramática latina. Com isso, pode-se mensurar que as determinações tanto podem não ter sido cumpridas, como e a mais provável de que ainda precisa-se de mais averiguações nos arquivos públicos para serem eliminadas tais interrogações.

A figura do docente é outra incógnita que carece de estudos. Quando foi sinalizado seus nomes e datas faltaram dados mais condizentes a biografia dos mestres até mesmo para que fossem sinalizados suas formações acadêmicas e sociais. Acredita-se na possibilidade destes professores terem estudado nas escolas de Coimbra, ou em colégios religiosos, ou nas formações militares, todavia, nada pode ser comprovado, a priori, pela carência dos estudos apresentados e das fontes que os respaldem. Mas quanto a sociedade, se

deduz que teriam moral ilibada, caso contrario não seriam acolhidos ao seio das famílias tradicionais da época.

Algo de muito interessante nas constatações sobre a educação nas terras de Jacobina pode ser sinalizado na aceitação dos profissionais públicos ao invés dos particulares. Também não se sabe ao certo o que provocou tais considerações, talvez tais práticas fossem motivadas por questões oriundas da qualidade do ensino público, boa índole dos profissionais deste setor, currículo e metodologias mais aceitáveis, custos menos elevados, ou outra possibilidade que levasse os progenitores a considerarem o ensino público e não o particular. Mas, independente do que tenha sido o agente deste feito, cabe ressaltar que a matrícula no ensino público era infinitamente superior ao particular, naquela localidade.

Faz-se oportuno salientar que, ainda com o levantamento destas aulas no final do século XVIII e início do século XIX, não existiam instituições educacionais formadas, logo as práticas pedagógicas, mesmo sendo respaldadas por teóricos de época, eram ministradas em ambientes distantes do padrão ideal para as pedagogias que nasceriam a posterior. Todavia, não deixavam de cumprir e suprir às carências mais proeminentes da sociedade, em que se veiculava, deixando outras tantas a parte, como as próprias ao status quo e o aprofundamento dos conhecimentos, tanto por parte do aluno como do professor.

Não obstante, para se chegar a tais pareceres, a busca por aporte teórico foi exaustiva e mendicante. Não pode ser considerada, com esta afirmação, a inexistência de material que respalde tais constatações, todavia há pouca catalogação de fontes primárias a respeito dos materiais históricos sobre a educação do interior baiano e os referenciais teóricos deixam a desejar com o excesso de informações repetitivas e generalistas.

Talvez esta carência mais uma vez seja confirmada pelo distanciamento do historiador das vertentes educacionais interioranas, ou porque esta temática é considerada como novidade nas mesas de discussão. Independente do entrave que permeia sobre os estudos históricos da educação baiana no interior, vale

salientar que ainda existe muito a ser vislumbrado sobre esta temática. Não supridas com esta pesquisa pelo pouco tempo disposto para o presente trabalho. Há arestas a serem referendadas tanto sobre quem eram os educadores daquela época em biografias, sua formação acadêmica e suas práticas na introdução dos conhecimentos aos discentes por se acreditar que ainda há hipóteses a serem reveladas sobre as práticas dos educadores no interior. O público que estudou nestas aulas também pode ser recordado, até porque foram, talvez eles, que cumpriram com os demais rumos dados a educação do vilarejo, visto que só foram sinalizados os fatos até os anos de 1840, e falta também o que aconteceu no transcorrer do processo de completa institucionalização da educação em Jacobina. Estas respostas doravante servirão como embasamento para outras pesquisas, que por certo embeberão os conhecimentos dos historiadores que desejarem conhecer a educação do interior baiano especialmente a de Jacobina.

Fontes:

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - APEBa. Instrução Pública: Registro de cartas de nomeação, de jubilação de permutas, portarias (professores) 1833 – 1839. Seção de Arquivo Colonial e Provincial nº 6030;

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - APEBa. Leis e decretos do Estado da Bahia: 1835 a 1841. Caixa 04;

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - APEBa. Seção de Arquivo Colonial e Provincial (1823 – 1839). Maço 6523, Último capítulo;

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - APEBa. Seção de Arquivo Colonial e Provincial (1828 - 1839). Presidência da Província Juízes de Jacobina (1837). Maço 2430, caixa 793;

MONIZ, Egaz. Diário Oficial da Bahia: Edição Especial do Centenário (1823 – 1923). 2º Ed. – Salvador, Bahia: 1923;

VIANNA, Francisco Vicente. Memória sobre o estado da Bahia. Diário da Bahia: Edição Especial do Centenário (1823 – 1923). 2º Ed. – Salvador, Bahia: 1923;

Referências:

ALMEIDA, José Ricardo Pires de; CHIZZOTTI, Antônio. Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889). 2º Ed. – São Paulo: EDUC, 2000;

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1989;

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos. 4. ed. Salvador. BA.: Secretaria da Cultura e Turismo: EGBA, 2006;

BARBOSA, Rui. Oração aos Moços. <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/aosmoccos.html> - Data: 16.06.2012;

CALEFFI, Paula. Educação autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão? In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

CALMON, Pedro. O segredo das Minas de Prata. Rio de Janeiro: A Noite, 1950;

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a Educação. In: FÁVERO, Osmar. A Educação nas Constituições Brasileiras 1823 – 1988 – 2º Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001;

DIAS, Alexandre. Jacobina tem história para contar. Tribuna da Bahia. 4/ XII /88;

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no séc. XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. (org.) 500 anos de Educação no Brasil – 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000;

FENELON, Dea. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008;

FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. 2º Ed. – Campinas, SP: Alínea, 2004;

FERREIRA, António Gomes. A Educação no Portugal Barroco: Séculos XVI a XVIII. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Educação e Pedagogia na Colônia e no Império. In: _____ História da Educação Brasileira. 4. ed. S. Paulo: Cortez, 2009;

DIAS, Antônio Gonçalves. Canção do Exílio. <http://www.brasilecola.com/literatura/goncalves-dias.htm> - Data: 16. 06. 2012;

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - APEBa. GUIA CULTURAL DA BAHIA: Piemonte da Diamantina. 12 V. 1º Mapeamento Cultural da Bahia: Bahia Tursa, 2001;

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane M. Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. 2. ed. B. Horizonte: Autêntica, 2000;

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA; Denise Manzi Frayze. História do Brasil. 7ª Ed. São Paulo: Atual, 1996;

LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia. 2º Ed. - SP: Mestre Jou, 1974;

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber. Porto Alegre: Artmed/ UFMG, 1999;

LEMOS, Doracy Araújo. Jacobina, sua terra e sua gente. Feira de Santana, BA: Grafnort, 1995;

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 8º Ed. – São Paulo: Cortez, 2000;

MANDEVILLE, Bernard (1982). La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública. In: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011;

MONIZ, Egaz. Diário Oficial da Bahia: Edição Especial do Centenário (1823 – 1923). 2º Ed. – Salvador, Bahia: 1923;

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A Bipolaridade da Educação Jesuítica na Bahia Colonial. Revista da Academia Baiana de Educação. Salvador, BA, v. 1, n. 5, set, 1997;

NUNES, Antonietta d' Aguiar. A educação na Bahia Imperial (1823 – 1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos. História da Educação na Bahia. Salvador: Arcádia, 2008;

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A situação educacional baiana no final do reinado de Pedro I (1828-1832). Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – RIHGB, Rio de Janeiro, a. 167, n. 431, ab./ jun., 2006;

NUNES, Antonietta d'Aguiar. O Marquês de Pombal e suas reformas no ensino. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – RIHGB, Salvador: BA, v. 101, 2006;

PAIVA, José Maria de. Igreja e Educação no Brasil Colonial. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes;

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane M. Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. 2. ed. B. Horizonte: Autêntica, 2000;

PEIXOTO, Afrânio. Livros de Horas. Rio de Janeiro: Agir, 1947;

PROUST, Marcel, A sombra das raparigas em flor. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – Coletânea de textos: módulo I, Janeiro de 2001;

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação Brasileira. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: As ideias pedagógicas. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011;

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da Educação. In: FÁVERO, Osmar. A Educação nas Constituições Brasileiras 1823 – 1988 – 2º Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001;

VASCONCELOS, Suani de Almeida. Carta de Sesmaria – Século XIX: Edição Semidiplomática e Estudo Histórico. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq. UEFS: www.uefs.br/get/artigos/scripta1/10.pdf - 25.04.2012;

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. – São Paulo: Ática, 2007;

VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia no Século XVIII, Salvador: Itapuã, 1969;

WEHLING, Arno. A incorporação do Brasil ao Mundo Moderno. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. História e memória da educação no Brasil, vol. I: séculos XVI – XVIII. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

WILLEKE, Frei Venâncio. As nossas missões entre os índios (1681 – 1862). Revista Santo Antonio, Ano 12, Recife, 1954, nº 02.

